



ATA N.º 31/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----

Presidente: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Vereadores: José Manuel da Silva Santos (PS)

Marina Sofia Birrento Saraiva (PS)

Joaquim José Lopes Batista Correia (CDU)

Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU)

João Manuel Pereira Afonso (PSD)

Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)

Às vinte horas e dois minutos com a presença da Assistente Técnica, Patrícia Alexandra da Silva Tomé, a Senhora Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Assim e constatada a existência de quórum a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, cumprimentou todos os presentes, e declarou aberto o período de -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Hoje gostaria de falar de um assunto que me parece de extrema importância, tem a ver com o tema da Habitação, e gostaria de explicar aos montijenses porque é que nós estamos a perder o comboio nesta matéria, e já perdemos essencialmente. Em dois mil e vinte e um, só para fazer aqui um pequeno enquadramento histórico, em dois mil e vinte e um, a Câmara Municipal, até com o apoio do Partido Social Democrata, aprovou a Estratégia Local da Habitação e, nos termos dessa Estratégia Local da Habitação definiu-se que, durante este mandato, durante estes quatro anos deste mandato, a Câmara Municipal teria que construir e reabilitar qualquer coisa como oitocentos fogos e tal fogos para acudir cerca de mil e duzentas famílias carenciadas, num total de investimento de trinta e três milhões de euros, a grosso modo, era isto que nos prometeram durante os quatro anos. Passados



esses quatro anos, o que foi executado foi absolutamente zero. O que aconteceu é que, entretanto, em resultado da crise do COVID, nós tivemos o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e, no âmbito do PRR, o governo, na altura liderado por António Costa, afetou mil e duzentos milhões de euros para o PRR no setor da Habitação. Eu quero dar-vos aqui um gráfico, não sei se a realização consegue mostrar (o Vereador mostrou para a câmara o gráfico), neste gráfico, temos a verde aquilo que é a construção prometida pelo Partido Socialista aqui no Montijo, esta cor representa aquilo que era a reabilitação, e esta outra cor representa o total do conjunto da reabilitação e da construção. Aqui podemos ver as candidaturas apresentadas ao PRR, entre aquilo que se prometeu e aquilo que se candidatou, temos esta diferença, aquilo que está aqui executado é isto, é isto que se pode ver que é zero, portanto, esta é a diferença. Mas isto para as notícias não serem más, ainda podem, neste caso, piorar ainda mais, o que é que aconteceu? A câmara do Partido Socialista apresentou quatro candidaturas ao PRR, três delas para construir noventa e um novos fogos e uma delas para reabilitar cem fogos, designadamente no Esteval. Portanto, cem reabilitações e noventa e uma novas construções, isto num total de dezoito milhões de euros previstos. Ora, o que aconteceu é que, como nós apresentámos tardiamente as duas últimas candidaturas, nomeadamente para construir vinte e três fogos e para construir cinquenta e dois fogos, no total de oitenta e um fogos, ficámos naquilo que se chama, na gíria, em overbooking, ou seja, ficámos na lista de espera, à espera dos restos que possam acontecer para podermos investir. Neste momento, temos aprovados para construção dez fogos, não são cem, são dez fogos, e para reabilitação temos a aprovação de cem fogos. Mas, mesmo assim corremos aqui um risco, é que a Câmara Municipal de Montijo, como anda a passo de caracol neste e noutros assuntos, o que é que acontece? O que acontece é que até, pelo menos, há quinze dias, eu agora não posso garantir com a informação de há oito dias para cá, nós não tínhamos assinado ainda um contrato, não tínhamos assinado absolutamente nada, nenhum contrato, nenhum termo que possa dar início ao processo junto do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), o instituto que tutela esta área por parte do governo. Perante isto, nós não só não assinámos contratos, como, consequentemente, não avançámos com nenhuma empreitada de nenhuma obra. Eu quero dar-vos aqui uma nota, por exemplo, para percebermos qual é a realidade do resto do país, aliás, da Área Metropolitana de Lisboa, nós na Área Metropolitana de Lisboa, eu tenho aqui estas anotações, na Área Metropolitana de Lisboa, já foram concluídos mil e seiscentos fogos e já estão em obra mais de dez mil fogos. Portanto, concluídos na Área Metropolitana, mil e seiscentos, e a decorrer dez mil fogos, no Montijo, zero,



Rene

até hoje. Perante isto, qual é o risco que nós corremos? Nós apresentámos poucas candidaturas, mostramos uma incapacidade grande de apresentar candidaturas, apresentámos as últimas duas a fechar o prazo da candidatura, porque as candidaturas tinham que ser todas apresentadas até um de abril deste ano, apresentámos as últimas duas um mês antes de fechar o prazo e ficámos na lista de espera, para conseguirmos estes investimentos. Neste sentido, o que é que temos pela frente? O que temos pela frente é uma situação muito complicada, só temos três milhões de euros aprovados, neste momento, para fazer obra na habitação no Montijo, três milhões de euros, dos dezoito milhões de euros, temos quinze milhões à espera de aprovação, e temos apenas três milhões aprovados. Esta é a nossa realidade à data de hoje, ou seja, não temos nada, estamos completamente a ver passar navios e nós verificamos na comunicação social que há uma série de Câmaras Municipais na Área Metropolitana de Lisboa que têm estado a assinar os contratos com o ministério e com o governo, e as coisas estão a andar, umas com mais dificuldades, outras com menos dificuldades, mas o Montijo está na carruagem do fim, não conseguimos sequer lançar uma empreitada e uma obra, nem assinar contratos. Perante esta situação, o que é que temos? Eu quero dar-vos o exemplo do que perdemos em termos práticos, o que perdemos? Recordo que, em dois mil e vinte e um, a Câmara Municipal do Partido Socialista prometeu o investimento de trinta e três milhões de euros no Montijo, se nós tivéssemos investido trinta e três milhões neste âmbito do PRR, teríamos conseguido construir cerca de duzentos e vinte habitações e estou só a falar dos números do Partido Socialista, duzentos e vinte habitações, porquê? Porque isto é muito simples de fazer as contas, isto é fácil, está na lei, há uma resolução, que eu posso vos, aliás, isto está num aviso, o que estou a dizer está num aviso, e eu sei que o Partido Socialista, nós temos que estar com os papéis todos, é este aviso que aqui está (mostra o documento para a câmara), o aviso n.º 01/C02.I01/2021, é aqui que está toda esta informação é do conhecimento público, para quem quiser verificar. E o que é que acontece, dizia eu, com trinta milhões de euros, é bom que se dê esta nota importante, o governo subsidia a 100%, o PRR é a 100%, a média de custo de uma casa, de um fogo, são cento e cinquenta mil euros, e o subsídio é 100%, está na lei, está na resolução. Na prática, não é exatamente 100%, na prática é 90%, porquê? Porque tem que se pagar os projetos à parte e isto na prática, com pequenas alterações, na prática aquilo que as outras Câmaras Municipais têm verificado é que o custo é de 90%, e 10% é assumido pela Câmara Municipal. Portanto, se nós fizermos um investimento de trinta milhões de euros, se pedirmos trinta milhões de euros ao PRR, coisa que não conseguimos fazer, só fizemos dezoito milhões de euros, mesmo assim só temos



três milhões de euros aprovados, teríamos que pôr, em três anos, três milhões de euros de investimento da Câmara Municipal. Ora, com isso, poderíamos fazer, durante este mandato, duzentas e vinte habitações, esta é a perda, que é um dos maiores crimes e um dos maiores atentados ao Montijo que esta Câmara Municipal fez, este é o grande custo que temos nesta Câmara Municipal a gerir neste momento o Montijo. Portanto, são duzentas e vinte habitações que ficam por fazer. Quero também dizer, a título de exemplo, que não é só a Câmara Municipal que está atrasada nisto e que falhou muito, é que as candidaturas também podem ser apresentadas pelas juntas de freguesia, designadamente, não há uma única junta de freguesia, se os senhores forem ver o relatório das candidaturas, há dezenas e dezenas e dezenas de freguesias pelo país fora que apresentaram candidaturas, no Montijo, nomeadamente a Junta de Freguesia do Montijo, zero candidaturas. Inclusive as IPSS podiam apresentar candidaturas, sabem quantas IPSS as juntas de freguesia do Montijo apresentaram candidaturas para construir casas no Montijo? Zero. Portanto, a Câmara Municipal, hoje, temos a aprovação de dez casas e cem reabilitações, juntas de freguesia e IPSS zero, com financiamentos a 100%. Isto é uma das maiores machadadas que se deu no património e na inclusão social do Montijo, porque estas casas seriam atribuídas a pessoas de maiores dificuldades económicas e o Partido Socialista, que tanto diz que é socialista aqui no Montijo, esquecesse destas coisas fundamentais, que é a habitação para as pessoas. Quando nós temos disponíveis mil e duzentos milhões de euros, mas pior do que isso, é que, entretanto, com a entrada deste governo, sabem quanto é que já foi reforçado este valor? Em 2,8 mil milhões, já foi aprovado e está neste orçamento, aliás, posso dizer que as Câmaras Municipais estão a ser notificadas, já a informar de que já está no orçamento. Está aqui, numa resolução, também do conhecimento público, para quem quiser ver, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2024. Portanto, o dinheiro que se está a investir em Portugal para a habitação, são na ordem dos quatro mil milhões, que é mais que a TAP, nós metemos lá 3,5 milhões de euros, aliás o Partido Socialista gosta de fazer essas coisas, pôr lá 3,5 mil milhões na TAP quando nós pusemos aqui quatro mil milhões de euros. Portanto, neste momento, meus senhores, nós perdemos o comboio, já não podemos fazer nada, porque mesmo que o próximo executivo mude, como eu espero que mude, já não conseguimos fazer, porque o prazo para terminar as candidaturas e fazer a obra, a questão não é só fazer a obra, é que para recebermos o dinheiro temos de ter, inclusive, as chaves entregues às pessoas, sabem até quando é que isso termina? No dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis. Sabem quanto tempo leva um processo de, por exemplo, empreitada que a



Câmara Municipal ainda não lançou? A correr bem seis meses, só o processo de empreitada, concurso público. Portanto, perdemos o comboio, perdemos o dinheiro e perdemos o comboio e isto tem uma consequência enorme na vida das pessoas aqui do Montijo, tem a consequência de termos perdido mais de duzentos fogos e as pessoas ficam sem casa, porque o Partido Socialista não conseguiu fazer isto. Não conseguiu fazer isto por uma razão, vou vos dar um exemplo caricato, nós não temos um gabinete na Câmara Municipal, nós precisávamos pelo menos cinco pessoas, um jurista, um economista, um arquiteto e um engenheiro, pelo menos uma equipa assim, para fazer as candidaturas, não temos ninguém, é uma pessoa ou duas que faz as candidaturas em part-time, quando nós estamos aqui a tratar de centenas, de dezenas de milhões de euros de candidaturas para o Montijo, poderíamos estar a tratar. Esta é a herança do Partido Socialista daquela Senhora que ali está sentada, do Nuno Canta que fugiu, é esta a herança que nos deixam. Portanto, é esta a herança que nos deixam, o Montijo de pobreza e falta de investimento é isso que nós temos. Por isso, senhores montijenses, principalmente os jovens que eu me dirijo, vocês hoje vão ter cada vez mais dificuldades em comprar casa no Montijo, porque não há investimento na habitação do Montijo e um dos grandes responsáveis disto, estão ali sentados, que é o Partido Socialista que perdeu uma oportunidade de ouro de investir fortemente da fundo perdido a 100%, ou, enfim, 90% pelo menos e foi isso que nos fizeram, é essa a herança que nos deixaram e os Senhores ficaram na história por isso, o Nuno Canta fugiu também por causa disso. Porque o que aconteceu aqui no Montijo é um crime, volto a dizer, é um crime o que os Senhores fizeram ao Montijo e aos montijenses.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Tenho aqui quatro pontos e vou ser muito breve relativamente a eles. Relativamente ao primeiro ponto, quero fazer uma pergunta à Câmara Municipal, os avisos para as candidaturas ao programa CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) e às verbas para os Centros de Recolha Oficial já saíram, as candidaturas estão abertas, e eu gostaria de saber se a Câmara Municipal já fez as candidaturas ou em que ponto é que estão essas candidaturas. O segundo ponto tem a ver com a política de habitação e, já agora, o Senhor Vereador do PSD acordou neste momento para este ponto da habitação, coisa que a CDU anda há mais de dois anos a perguntar, em que ponto de situação estão as candidaturas. Inclusive, perguntámos quando foram assinados, aqui na área metropolitana, os contratos com outras Câmaras Municipais, e que nos foi respondido aqui que a Câmara Municipal de Montijo não tinha assinado, eram duas câmaras da margem sul, foram só duas câmaras



que não assinaram esses contratos na altura, isso está tudo em atas, as pessoas podem ver. Não acordamos agora para essa realidade, já acordámos há muito tempo e sempre dissemos que a Câmara Municipal de Montijo não ia ter capacidade de realizar os fogos que eram necessários, as pessoas acordam tarde para isto. Mas eu queria falar relativamente a isso também, que os graves acontecimentos que aconteceram na semana passada são fruto de políticas de habitação mal elaboradas, e a Câmara Municipal de Montijo, mais uma vez, no seguimento destas políticas de habitação, queria construir mais habitação social na Caneira, ou seja, continuamos com as políticas de criar guetos e de criar situações onde depois é fácil a marginalidade se instalar. Por isso, nós alertámos, também nessa altura, para essa situação, só que a Câmara Municipal decidiu avançar, vamos ver se avança agora, parece que não, porque parece que já não há tempo. Eu penso que temos de começar a ter a consciência de que essa política deve ser outra, e essa política deve ser de disseminar essas pessoas pela cidade e não as concentrar, porque temos a prova disso com os acontecimentos que aconteceram na última semana. O terceiro ponto que também vou abordar é muito simples, eu sei que os abrigos de autocarros não são competência da Câmara Municipal, é competência até das juntas de freguesia, mas dada a promiscuidade que há entre a Câmara Municipal e a junta de freguesia, e eu, através da Senhora Presidente, sabemos que agora temos mais carreiras, temos percursos novos, vem o inverno, vêm as chuvas e, em muitos locais, as pessoas têm que estar sem qualquer proteção à espera do autocarro, o que não é uma coisa muito boa. Então falava com a Senhora Presidente para que, juntamente com o Senhor Presidente da junta, eu penso que esses abrigos até já deviam estar postos, não é agora que vamos, outra vez, mais uma vez, ir atrás do prejuízo, ver se entre câmara e junta de freguesia, se rapidamente se resolviam esses problemas, para que as pessoas tenham algum bem-estar quando estão à espera dos autocarros, dado que o Montijo hoje é uma cidade dormitório, faz muita falta essa situação. Depois, vou aqui só falar de um aspeto do Orçamento de Estado que fiquei muito incomodado, e falou aqui o Senhor Vereador do PSD, que a câmara precisava de mais cinco pessoas. Ora, segundo aquilo que está no Orçamento de Estado, agora, por cada funcionário público que saia, só pode entrar um é uma norma travão que está agora no orçamento, por isso, as autarquias vão ter um problema muito grave, porque não vão poder ter mais pessoas. Nós sabemos que os serviços públicos estão completamente lapidados, faltam médicos, faltam professores, e eu pergunto: se entrarem professores, onde é que eles vão tirar os outros funcionários? Será que vão tirar aqui às autarquias? Eu faço esta pergunta: é que, qualquer dia, não temos serviços públicos, ou será que isto é uma política



para privatizar tudo? Eu faço esta pergunta. Nós sabemos que as autarquias estão com problemas financeiros graves devido à descentralização, e só na educação e na saúde esta câmara está a perder mais de um milhão e meio, à volta disso, de euros e aquilo que eu vejo para o futuro, e nós temos vindo a avisar estas coisas com muita antecedência, é que não vemos nada a melhorar, só vemos a piorar. O que eu acho engraçado é que o Partido Socialista deu a mão ao PSD nisto, fez um grande fogo com duas medidas, mas as medidas muito gravosas que estão neste Orçamento de Estado continuam e vou dar o exemplo com a primeira coisa que comecei a falar, com as verbas para o CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais) e para o programa CED. A verba total para o bem-estar animal era de treze milhões e de duzentos mil euros, se formos a este orçamento, já lá só estão doze milhões de euros, e as candidaturas que se atrasarem vão a rateio, e muitas delas podem não receber as verbas, por isso é que comecei logo por perguntar à Câmara Municipal em que pé estão as candidaturas.”. -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Não era para intervir, porque não me quero envolver no debate político da habitação entre o Vereador do PSD e a Câmara Municipal, mas como, habitualmente, há pessoas que gostam sempre de enlamear outras coisas, envolver mais coisas, na reunião passada foi um ataque também, encabeçado, à PSP e à GNR, agora foi às IPSS. Eu não sei se o Senhor Vereador tem noção do que é uma IPSS, apesar de ter sido Presidente da Assembleia Geral e ter se demitido uma semana antes numa Assembleia. E não sei se o Senhor Vereador se está a referir que queria fazer a construção de habitação como o Senhor pretendia fechar o infantário do Afonsoeiro, despedir todos os empregados e fazer lá a habitação, ou se era fechando a UCCI (Unidades de Cuidados Continuados Integrados), que é a unidade de cuidados continuados, como o Senhor propunha, e fazer lá a habitação. Quer dizer, fazer habitação, o Estado financia a 90%, uma IPSS está a ser financiada a 20%, abaixo dos acordos, vivem sempre com muitas dificuldades, ter que investir 10% num projeto de três milhões de euros tinha que investir trezentos mil euros, em projeto e em outras coisas, para construir habitação que não é a missão da Santa Casa, neste caso, que é a que me estou a referir, vir aqui dizer que as IPSS do Montijo também não concorreram ao PRR em habitação. Ora, eu posso falar pela Santa Casa, a Santa Casa levou três anos neste mandato a resolver problemas criados pelo Senhor, quando mandou demitir os seus ‘bobys’ e os seus ‘tarecos’, para eu ficar sem quórum, e quando provocou instabilidade dentro da Santa Casa, que nós levámos mais tempo a resolver os problemas. Por isso, envolver aqui as IPSS, o Senhor nem sabe o que diz nem diz o que sabe.



É completamente demagógico e fantasioso vir dizer aos montijenses que as IPSS não concorreram ao PRR, mas concorreram ao PRR como? O que nós fizemos foi conseguir encontrar paz social dentro da Santa Casa com os sindicatos, aquelas cartas que o Senhor mandava pôr dentro da gaveta para não respondermos aos sindicatos, nós conseguimos encontrar paz social, nunca mais tivemos os sindicatos a fazer lá plenários, nada disso, conseguimos resolver com os trabalhadores todos. Agora, que faça o debate político com a câmara, que a câmara tinha a obrigação de concorrer ao PRR, é um debate, agora envolver nesse debate político as IPSS. O Senhor gosta muito de envolver os bombeiros nos debates políticos, as associações nos debates políticos, agora vêm as IPSS para o debate político, deixe as instituições da terra em paz. Faça o seu debate político, fantasia o quiser fantasiar, consiga eludir os montijenses que o Senhor conseguir, agora não venha envolver as IPSS nisso. Eu não tenho nenhum mandato para defender as outras, mas, como é lógico, não posso ignorar o cargo que tenho, sem ser Vereador e é completamente falacioso dizer que nós, que ainda estamos com três anos de mandato, levámos dois anos a apagar fogos. Nós nunca podíamos concorrer ao PRR, porque um dos seus ‘sicários’ nunca entregava o registro criminal para as candidaturas que nós tínhamos no PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais), os montijenses sabem disso?, que nós fomos prejudicados por um dos seus elementos que teve consigo nas comissões políticas dentro do PSD. Nós fomos impedidos, eu tenho provas disso, fomos impedidos de fazer candidaturas ao PRR e ao PROCOOP, porque essa pessoa não entregava o registro criminal. No entanto, é um ‘sicáriozinho’ seu. Isso é que o Senhor devia dizer aqui: “Peço desculpa, porque a Santa Casa do Montijo ficou impedida de concorrer ao PROCOOP na medida do Centro de Apoio à Vida, porque houve uma pessoa que eu indiquei para a mesa que não entregou o registro criminal”, isso é que o Senhor devia ter a honestidade de vir aqui pedir desculpa aos montijenses, e pedir desculpa numa Assembleia da Santa Casa. Por isso, vir aqui falar que nós não concorremos ao PRR, tenha um bocadinho de tento na língua e vergonha e cresça um bocadinho, porque acho que o debate político não merece que continuemos a emporcalhar as associações, as IPSS, os bombeiros e as pessoas aqui.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, informou: “O Senhor Vereador João Afonso, como é habitual, fez-nos aqui aquela intervenção, até pediu para a realização, mas isto não é uma peça de teatro, isto é muito mais importante para a vida das pessoas do que o teatro. O teatro é interessante como forma cultural, mas aqui não estamos a fazer teatro, nem cinema, estamos a falar a verdade aos



Ramé

cidadãos. Eu não me vou deter sobre a série de coisas que o Senhor teve a oportunidade de referir, quero apenas pôr alguma verdade àquilo que o Senhor referiu. A Câmara Municipal de Montijo tem aprovadas, assinadas e contratualizadas três candidaturas ao PRR Habitação, a construção de um edifício para entregar à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, com vinte unidades de alojamento; a reabilitação de doze edifícios no Bairro Novo do Esteval, cem fogos e a construção de um edifício no Bairro Novo do Esteval com dez novos fogos. Estas três candidaturas estão aprovadas e contratualizadas, têm projeto feito, comprado e já encerrou o concurso para revisão do projeto, posto isto, iremos lançar a candidatura para estas obras se iniciem. Temos também no IHRU duas candidaturas: uma ao Vale Salgueiro, com vinte e três fogos e outra na Caneira, com cinquenta e oito fogos e ao contrário do que o Senhor Vereador Joaquim Correia diz, a Caneira não é um bairro de habitação social. A Caneira tem, no seu contexto, habitação social e vivendas de classe média integradas no seu contexto, por isso, não estamos a falar num bairro social ou num bairro camarário, como modernamente se chama. Quero também dizer ao Senhor Vereador João Afonso que, em primeiro lugar, o IHRU avaliou e aprovou até agora, das candidaturas apresentadas pelos municípios da área metropolitana de Lisboa, 38% das candidaturas. Se isto fosse tudo tão bonito e tão simples como o Senhor Vereador aqui faz passar, e apenas a Presidente da Câmara do Montijo e o ex-Presidente fossem duas pessoas incapazes para tratar destas questões, a área metropolitana de Lisboa não teria solicitado à Senhora Secretária de Estado da Habitação que fizesse uma reunião com os Senhores Presidentes de Câmara para elucidar sobre esta resolução do Conselho de Ministros que o Senhor Vereador referiu, que é a Resolução n.º 129/2024, a resolução apenas deixa aqui alguns considerandos, mas não explica como é que se paga tudo, o projeto que for executado depois de junho de dois mil e vinte e seis e aí é que o problema se coloca Senhor Vereador. A Câmara Municipal de Montijo não vai assinar um contrato, foi isso que eu disse ao Vereador Joaquim Correia, e está em ata, não vai assinar um contrato de duas candidaturas que estão aqui, e que não sabe se vão ser aprovadas pelo IHRU, porque o IHRU ainda só avaliou 38% das candidaturas e não pagou nada. Há câmaras que pediram empréstimos e que ainda não receberam um cêntimo do IHRU para fazer face aos empréstimos que pediram para as obras que já se iniciaram. Não vamos assinar sem saber, que vai sair até ao final de novembro a forma como é a percentagem que é paga para as obras que terminarem até dezembro de dois mil e vinte e seis, umas serão financiadas a 80% e outras a 60%. Portanto, as Câmaras Municipais não têm competências na área da habitação, quem as tem é o governo e não vamos assumir, primeiro, se não for



aprovada, teremos de pagar a totalidade, se for aprovada, ainda não sabemos qual a percentagem que a câmara terá de suportar. Portanto, não estamos a falar de habitação para jovens, não é verdade, estamos a falar de habitação social, porque apenas a habitação social entra no PRR. Estamos a falar para as habitações que podem ser atribuídas, através de um concurso, como são atualmente, e que pensamos entregar, ainda não sabemos se em dezembro já temos a obra concluída, mas pensamos entregar dez fogos da nossa habitação social que se encontram vazios e que estão a sofrer obras de melhoramentos. Portanto, não estamos a falar de habitação para jovens, nem habitação para classe média, não é nada disso, estamos a falar de habitação social e é importante que o Senhor Vereador, quando fala, olhe e peça para o realizador filmar para ver bem, explique tudo às pessoas, porque nós só somos efetivamente credíveis quando dizemos a verdade, porque o Senhor pode achincalhar a Presidente de Câmara e os Vereadores do Partido Socialista como entender, mas não diga mentiras às pessoas, não engane os cidadãos. O Senhor Vereador Ilídio já teve aqui a oportunidade de fazer a defesa da Santa Casa, mas eu quero-lhe dizer que só uma pessoa totalmente irresponsável, diz aqui que as IPSS do Montijo, que têm uma rede social extraordinária e que cobre todo o território e as pessoas que dela necessitam, o Senhor vir aqui dizer que as IPSS não concorreram à habitação social, o Senhor não sabe o que está a dizer. A CERCIMA há vinte anos que anda a tentar construir um equipamento de máxima importância para os seus utentes, que é o lar, a câmara já deu trezentos mil euros e no próximo ano teremos de dar outros trezentos mil euros, porque o dinheiro da comparticipação que a CERCIMA recebeu não chega para pagar metade da obra e o Senhor vem para aqui dizer que as IPSS não se dignaram a concorrer para fazer habitação social? Desculpe, mas isso não tem perdão. Qualquer dirigente de uma IPSS não pode perdoar que o Senhor faça tal afirmação. Houve um aumento substancial da eletricidade, houve um aumento dos ordenados mínimos, infelizmente, as IPSS não recebem o suficiente para fazer face aos custos mensais que têm e o Senhor vem para aqui criticar as IPSS por não se candidatarem à habitação social? Qual é a IPSS que o Senhor conhece que concorreu à habitação social? As cooperativas de habitação, que nem são IPSS, ou então a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que recebe dinheiro dos jogos, mas o Senhor está a comparar o quê? Está a comparar o incomparável, enganando as pessoas e colocando mal aqueles que, sem receber qualquer vencimento, estão à frente dessas associações, trabalhando em prol da comunidade montijenses, que é coisa que o Senhor não faz, mete-se lá e depois, ao fim de uma semana, sai a fugir.”. -----
Em resposta ao Vereador Joaquim Correia, disse: “Esta semana tive uma



reunião com os funcionários do Canil e estamos a tratar da candidatura, embora não estando a fazer o programa CED, já estamos a fazer as esterilizações no âmbito do programa CED, com regularidade e com números razoáveis. Em relação ao orçamento de Estado que o Vereador aqui referiu, também lhe quero dizer que isso não é novidade para nós, já tivemos isto, há oito anos atrás era assim, por um funcionário, agora é um por um. Nós ainda não nos conseguimos equilibrar dessa medida do orçamento de Estado, e por isso, temos muitos serviços que não respondem e, muitas vezes, temos de recorrer à privatização desses serviços e agora vamos piorar, pois isso também não tenho dúvidas.”. --

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, e disse: “A minha preocupação relativamente às verbas, quer para o CROA, quer para o programa CED, é que as candidaturas têm de ser feitas até dia vinte e cinco, se não me engano, agora no mês de novembro e daí a minha preocupação, porque, apesar do ano que está a decorrer, mais ou menos, as verbas que têm sido gastas a nível do país são de oito milhões e meio, portanto, há doze milhões, mas há muitas entidades que também não se candidataram, tal e qual como a Câmara Municipal de Montijo, etc. Portanto, aquilo que se prevê agora para dois mil e vinte e cinco é que hajam muito mais candidaturas e que possa haver até um rateio. Portanto, é esse o meu problema, porque a verba também encolhe no Orçamento de Estado e isto, em vez de andarmos para a frente, estamos a andar para trás, e daí a minha preocupação que depois, a Câmara Municipal, que comece a fazer isso e que tenha menos verbas. Portanto, essa é sempre a minha preocupação, quero que o Montijo ande para a frente e não recue. Relativamente àquilo que a Senhora Presidente disse, parece mais uma vez que estamos a voltar a alguns aspetos às medidas da Troika, relativamente aos funcionários públicos e ao serviço público, é uma grande verdade. Agora, é também de constatar que o Partido Socialista está a provar isso, de uma forma tácita, vai fazendo aquelas abstenções violentas, vai fazendo esses filmes todos, mas vai deixando passar estas medidas, até porque o Partido Socialista está comprometido com muitas dessas medidas também anteriormente. Portanto, nós, na CDU, pensamos que temos de dar um passo em frente e não um passo atrás, por isso, a nossa política não seria essa, como temos demonstrado aqui, com a nossa preocupação, e a Senhora Presidente falou muito bem, nós também, relativamente à habitação, temos vindo a alertar para estas situações há muito tempo, e a Senhora Presidente sabe disto. A nossa preocupação não vem de hoje, não vem em cima dos momentos para fazermos política baixa, porque não é essa a nossa forma de estar. A nossa forma de estar é estar aqui de forma séria, e por isso é que nós, há mais de dois anos, temos vindo a alertar que o tempo vai passando, que os prazos se aproximam e que



não há nada de concreto. Sabemos que é um absurdo o trabalho do IHRU, mas também o IHRU é fruto das políticas dos governos, que se refletem nesse aspeto, que tem falta de técnicos, tem falta de tudo. Agora, depois há demagogias, nós ouvimos aqui dizer que a câmara precisava de cinco pessoas para essas candidaturas há juntas de freguesia, que não têm esse número de pessoas, e depois querem que as juntas de freguesia se candidatem ao PRR. Isto é pura demagogia, o que fazemos aqui, agora, temos de ser sérios e temos de dizer a verdade aos cidadãos.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, e disse: “Eu sei que vos custa um bocadinho ouvir estas coisas, especialmente quando aquilo que eu digo está absolutamente documentado e nos termos da lei. Vou só fazer um comentário ao Senhor Vereador da CDU, com o devido respeito, o governo do PSD neste orçamento certamente faz um orçamento atendendo ao facto de não ter maioria absoluta e ter que fazer, naturalmente, essa ginástica negocial. Portanto, o governo apresenta o orçamento que é possível dentro do quadro negocial, designadamente com o Partido Socialista, por isso, não é só um orçamento que tem uma identidade totalmente do PSD, é público. Agora, permita-me dizer que tenho muito orgulho neste orçamento, no que diz respeito, por exemplo, à habitação, porque neste orçamento, no que diz respeito à habitação, está previsto orçamentar para construir habitação social quase mil e duzentos mil milhões de euros e o investimento que este governo fez já ao nível da habitação, não tem paralelo na história democrática nos últimos anos, só remontando ao tempo de Cavaco Silva, quando fez aqueles investimentos na área metropolitana de Lisboa para terminar com as barracas sociais. Portanto, o que se está a investir neste governo, em seis meses, são qualquer coisa na ordem dos três mil milhões de euros, e neste orçamento estão previstos mil e duzentos milhões de euros. A Senhora Presidente da Câmara lê pouco, mas eu gostava de ler a resolução do Conselho de Ministros, este governo que já fez um reforço, no que diz respeito ao PRR, de setecentos e noventa milhões de euros. Entretanto, no âmbito ainda do PRR, fez outro reforço de oitocentos e quarenta e cinco milhões de euros e, entretanto, neste orçamento, para efeito do Primeiro Direito, fez um reforço de mil cento e dezasseis milhões de euros está aqui, isto é objetivo, é factual, não há discussão. Não vamos discutir coisas que estão no orçamento, que já foram aprovadas e que estão em resolução do Conselho de Ministros, é o que faltava agora também negarmos isto. A Senhora Presidente, quer negar isto? É bom que não negue isto, nem a CDU nega isto, veja só. Portanto, o que a Senhora Presidente diz é que, entre quatro mil milhões, que é o maior investimento da história em habitação social em Portugal, o Montijo tem três milhões aprovados, esta é a nossa realidade. A



P. Almeida

Senhora Presidente da Câmara diz que assinou os contratos, eu gostaria de ver quando é que assinou os contratos com o IHRU, porque até há quinze dias, segundo a informação que eu tinha, nada tinha sido assinado com o IHRU. Gostava também de saber, se isso foi assinado, presumo que os 25% já tenham entrado no orçamento da Câmara Municipal ou ainda não? Então, mas a Senhora Presidente depois explica isso. O que é certo é que, em termos de obra, zero, absolutamente zero, não temos absolutamente nada e temos dez casas aprovadas, no total de três milhões de euros, quando o montante total disso são quatro mil milhões. Esta é a nossa realidade, e os Senhores ficam muito satisfeitos e dizem que a culpa é dos outros, mas não, Senhora Presidente, problemas todos têm, o IHRU tem funcionado mal, é verdade, isso é factual. Mas eu recorro que o Senhor Ministro Miguel Pinto Luz fez uma coisa importante, foi dizer às Câmaras Municipais que podiam, sem ter que assinar o contrato por mero termo, avançar com a obra e o Senhor Ministro permitiu isso a Câmara Municipal, aliás, esta não aproveitou, mas outras Câmaras Municipais têm aproveitado esse facto, tirando formalismos a esta situação. Portanto, a Câmara Municipal de Montijo não pode dizer, “porque o IHRU funciona mal”, o IHRU funciona mal, mas o Ministro reconhecendo isto, fez uma alteração que permite avançar com as obras sem ter que assinar os contratos, isto está permitido, Senhora Presidente, desculpe, as candidaturas dos dez fogos e das cem reabilitações estão aprovadas, há Câmaras Municipais que estão a tomar esse risco e por arriscarem, vão receber agora as tranches do orçamento que a Câmara do Montijo não vai receber, os Senhores ficam acomodados nesta situação. Permita-me também que diga o seguinte, a Senhora diz: “Ah, nós não sabemos quanto é que é”, qual é a percentagem? Qual não é a percentagem? Senhora Presidente, está aqui tudo na resolução. A resolução diz, os setecentos e noventa milhões é 100%, diz aqui, não se o que digo, diz aqui. Os oitocentos e quarenta e cinco milhões é a 100% para dez mil casas, e os mil cento e sessenta e seis milhões, esses já não são a 100%, são a 60%, este aqui é que é. Portanto, mas é que nós, nem 60% nem 100%, é que nós não aproveitamos nada, praticamente nada, esta é que é a realidade dos factos. Os Senhores dizem: ‘Ah, isto é muito fantástico, Montijo, isto é só problemas, os governos só criam problemas’, não, as obras estão a avançar, estão a avançar em muitas Câmaras, e nós não temos obra nenhuma no terreno, nem perspectiva de isso acontecer. Também gostaria de dizer ainda o seguinte, Senhora Presidente, no que diz respeito às juntas de freguesia e IPSS, não é verdade aquilo que a Senhora diz, eu tenho aqui, tenho aqui comigo a listagem ordenada das candidaturas submetidas ao Aviso, está aqui. Eu só fiz aqui uma primeira prospeção, só IPSS, apanhei uma de Évora, de Vila do Conde, de Beja, Amarante, Castelo de Vide,



Viana do Castelo, Vizela, por aí fora e juntas de freguesia aqui são às dezenas, há juntas de freguesia que fizeram mais candidaturas e têm mais dinheiro orçamentado do que a Câmara Municipal de Montijo. Nós somos ultrapassados por juntas de freguesia, esta é que é a realidade. Isto está aqui na listagem, não vale a pena a Senhora dizer que é mentira, isto está aqui, isto está aprovado, isto é público. Senhora Presidente, está aqui é só ler, Santa Casa da Misericórdia de Évora, Santa Casa da Misericórdia de Meda, Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, Santa Casa da Misericórdia de Beja, Santa Casa da Misericórdia de Amarante, Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide, por aí fora e há outras IPSS, são centenas de candidaturas e estão uma série delas de IPSS, não é só a Santa Casa de Misericórdia, são IPSS várias, e juntas de freguesia, para mim, a questão principal, até as juntas de freguesia. As juntas de freguesia podem se candidatar e os Senhores dizem: 'Essa coisa de receber dinheiro a 100% para fazer uma casa é uma coisa que nos cria um problema enorme!'. Então é a 100% e a Senhora acha que isso é um problema? Nós perdemos candidaturas a 100%, é que nem 90%, é a 100%. É evidente que temos que pagar algumas coisas, os arquitetos, isso tudo, já sabemos, mas isso é uma minudência, face à candidatura, e a Senhora Presidente, acha que isto é um problema, é mau termos estas candidaturas e perdemos isto. Senhora Presidente, com o devido respeito, os Senhores falharam com os montijenses e falharam com o Montijo, isto é mais uma prova disso, e não sou eu que falto à verdade, é a Senhora que tenta deturpar a realidade. Está aqui nos documentos, é só a Senhora ver, ler, e não dizer que é mentira, porque isto está cá tudo. Está na resolução, está nas decisões, está no aviso, está nos anúncios, está em todo lado, é só ler." -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, disse: "Senhor Vereador, aquilo que eu disse, mantenho na íntegra, e o Senhor não me desmente, porque não desmente nada do que eu disse. O senhor disse que era a 100%, e um milhão era a 60%, claro, isso não é novidade nenhuma, o Primeiro Direito é a 60%, sempre foi a 60%. O que está por definir, e que sairá uma Portaria em novembro, é o que for efetuado até junho, será 100%, aí não há dúvidas, que for de junho a dezembro, em princípio, será subsidiado em 80%, e o que for no ano seguinte ainda não se sabe se entrará. O Senhor não sabe se recebe zero, porque nós temos lá a candidatura e ainda não tivemos resposta. O Montijo recebe para as três candidaturas, não fui eu que assinei, isto ainda foi assinado, com o IHRU, pelo Presidente Nuno Canta, não foi por mim. Não estou enganada, eu sei o que estou a dizer, o Senhor é que tem a mania de saber dos outros. Quem não gosta de fazer é o Senhor, porque quando eu lhe estou a explicar que o Primeiro



Direito é 60%, o Senhor diz que está tudo na lei, não está na lei ainda, qual é o financiamento depois de junho de dois mil e vinte e seis. Quem não tiver os contratos de arrendamento entregues e assinados no IHRU em junho, é 60% no Primeiro Direito, mas como colocaram aquelas duas verbas a mais, estão a ponderar que seja 80% até dezembro. Ainda não saiu, portanto eu sei o que é que estou a dizer. O senhor é que está aí a falar que é 100%, até quando? Isto tem datas, tem limites. Senhor Vereador, aliás, a vontade de toda a gente é que, junto da União Europeia, se peça o alargamento do prazo, mas o pensamento também é que não vamos ter alargamento de prazo e é neste equilíbrio que estamos a trabalhar.”. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, e disse: “As candidaturas que a Câmara Municipal tem em overbooking, entraram dentro do prazo, mas está em overbooking, o que significa, que entrou dentro do prazo, mas foi no final do prazo, e por esse facto, ficaram sem verba é isso que se chama overbooking. Porque as candidaturas entraram, e eu sei os dias exatos, entraram um mês antes de terminar o prazo, eu nunca disse que foi fora de prazo, as candidaturas entraram no final do prazo. Como entraram no final do prazo e houve um conjunto enorme de candidaturas que entraram inicialmente, essas serviram-se primeiro do orçamento, do dinheiro que havia, e o que acontece é que nós teremos uma enorme dificuldade em receber essas verbas, esses tais quinze milhões que nos faltam, nas candidaturas que têm overbooking porquê? Porque há Câmaras Municipais que avançaram com a obra e essas câmaras vão ser privilegiadas face a nós, porque têm maturidade de obra. O que o governo vai fazer é olhar para as candidaturas que têm overbooking, olhar para aquelas que já estão feitas, em que as casas estão feitas e que vão ser entregues, e vai entregar o dinheiro às câmaras que e como nós não temos nada feito, não vamos receber. É isso que eu gostava de esclarecer, à Senhora Presidente, explicar aqui às pessoas que isto tem uma tecnicidade clara, mas é assim que vai acontecer, porque as Câmaras Municipais que tiverem as obras feitas, neste momento, é quem vai receber o dinheiro, não somos nós. Portanto, esta é a nossa realidade e isto foi uma gestão danosa para o concelho do Montijo e para as pessoas, por este facto, por isso, a Senhora Presidente da Câmara pode dizer o que quiser, mas é isto. Mais, o dinheiro que nós temos, só para terminar, uma correção Senhora Presidente, o dinheiro que o governo agora colocou só vai ser atribuído às câmaras que apresentaram candidatura, já não dá para apresentar mais nenhuma candidatura, é no âmbito das candidaturas que foram apresentadas. Portanto, como nós apresentámos poucas, vamos ser preteridos face àquelas câmaras que apresentaram muitas e que agora vão ter dinheiro que não estavam à espera, mas vão ter esse dinheiro,



isto é factual, Senhora Presidente. A Senhora pode dar as voltas que quiser, mas isto é a realidade, e com o devido respeito, não é isso que a Senhora diz, é como eu estou a dizer, que está na lei, é só ler a lei, eu não sou mais esperto que os outros, é só ler o que está na resolução.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, disse: “Senhor Vereador, eu não estou a contrariá-lo nesse aspeto, o que eu não admito é que o Senhor diga que entregámos a candidatura fora de prazo, não é verdade. Nós entregámos a candidatura um mês antes de terminar o prazo, portanto, entregámos a candidatura dentro do prazo, agora é que vem aí retificar. Obviamente que as candidaturas que têm maior maturidade são aquelas que vão ser avaliadas em primeiro lugar, isso eu também não tenho dúvidas. O que eu pretendo é que estas que estão aprovadas sejam iniciadas e concluídas dentro do prazo, para que a câmara não tenha que entrar com qualquer tipo de verba, nem os cidadãos do Montijo.”. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse: “Queria lembrar que, quando começou este processo da construção de casas no âmbito do PRR, eu trouxe aqui que isto foi concentrado até na Junta Metropolitana, em que foram quarenta gabinetes que podiam fazer a arquitetura destas casas, eu trouxe isso aqui há quanto tempo? Há três anos, se calhar, foi ou não foi, Senhora Presidente? À volta disso, há três anos que eu trouxe isso aqui, só quarenta gabinetes é que podiam fazer a arquitetura disto. Eu, na altura, disse se a Câmara Municipal de Montijo já tinha posto os projetos, se não tinha, há três anos. Mas andamos e vamos chegar ao fim, eu disse sempre que chegávamos ao fim e não tínhamos casas, vamos ter, se calhar, dez ou mais algumas, mas isso estaremos cá para ver. Agora, relativamente também àquilo que o governo está a fazer, o governo pode pôr os milhões que quiser no Orçamento de Estado para as casas. A verdade é que as que vão receber a 100% são aquelas que estiverem feitas e entregues até vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis e se formos ver, temos algumas em Oeiras, temos algumas em Setúbal e temos algumas em Lisboa, porque no resto do país, se começar tudo a construir hoje, não há empresas para fazer isso. Isto é que é a realidade do nosso país, eu tenho vindo a dizer que perdemos uma altura de ouro para resolver grande parte dos problemas de habitação. Eu ando a dizer isto há três anos, eu não acordei hoje para isto, comecei com os gabinetes da arquitetura, comecei a falar quando é que entram as candidaturas, eu tenho vindo a dizer isto há três anos, não acordei hoje. Agora, é muito bonito o governo dizer assim: ‘Vamos pôr no orçamento que temos aqui mil milhões de euros para fazer casas’, pode pôr lá os mil milhões no orçamento, mas só pagam 60%, então e as



câmaras, têm os 40% para pôr?, não têm. Isto é mais uma vez fazer propaganda, isto é que é a realidade. A Câmara Municipal de Montijo tem vinte ou trinta milhões de euros, para fazer casas?, não tem. A Câmara Municipal de Montijo, se tiver que fazer as escolas que tem de fazer, já não tem dinheiro, eu ando a dizer isto há muito tempo, não é de hoje. Quando dizem que a Câmara Municipal de Montijo tem dinheiro é mentira, tem dinheiro porque não faz as coisas, quando tiver que fazer, não tem dinheiro, isto é que é a realidade, e as câmaras do país estão todas assim. Portanto, a Câmara de Lisboa, se calhar, tem dinheiro para meter esses 40% e mais a câmara de Oeiras e mais duas ou três, mas o resto é floreado, o resto é andarmos aqui a enganar-nos uns aos outros, é preciso dizer a verdade às pessoas. Isto, no orçamento, pode lá pôr o que quiser, mas depois não se executa ou faz-se cativações. Falavam do Partido Socialista, mas agora o PSD bateu o recorde de cativações, são todos iguais, por isso, podem-se casar os dois, namoram e casem-se.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, e disse: “Senhora Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte, só para que a Senhora Presidente tenha noção, por exemplo, nas juntas de freguesia, há dezenas de juntas de freguesia que fizeram candidaturas, como a Gonçalo de Bocas, Vila Cortez da Serra, Vila Cortez do Mondego, Arcos, Longa, Lousa, Benfica, entre outras, juntas de freguesia do litoral, do interior, de todo o lado, é só ver estas informações. Ao contrário daquilo que diz o Senhor Vereador, só para terminar Senhora Presidente, que isto é um assunto importante, no PRR estava previsto construir inicialmente vinte e seis mil fogos. As câmaras, as IPSS, as juntas de freguesia, por aí fora, apresentaram candidaturas para quase cinquenta e nove mil. Portanto, ficaram fora do PRR trinta e dois mil, quase trinta e três mil, por isso, o dinheiro está a ser esgotado. Pode haver atrasos, e é verdade que há atrasos no pagamento, isso é factual, toda a gente se queixa disso, que é um problema já estrutural no IHRU, mas o dinheiro vai ser esgotado. Tanto que vai ser esgotado que está a haver reforços de dinheiro, e há Câmaras Municipais que estão, nomeadamente Lisboa, que está a avançar nessa área, que é uma coisa impressionante. Lisboa vai construir provavelmente mais de dez mil fogos, é esta a escala. Se nós andarmos devagar, se formos incapazes, não apanhamos nada, isto no fundo, é quem tem mais capacidade e mais rapidez que se serve do o orçamento, é isso que está aqui em causa.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Senhor Vereador João Afonso, disse: “Se o Senhor Vereador percebeu, eu na resposta às suas questões, não falei nas juntas de Freguesia. As juntas de Freguesia são órgãos autónomos do poder local, que têm a sua independência e não me compete a mim nem defender nem atacar. Por isso, não falei sobre



as juntas de freguesia ou as uniões de freguesia. Portanto, não vale a pena trazer exemplos de juntas de freguesia, porque eu não falei aqui sobre as juntas de freguesia, é apenas esse esclarecimento que eu lhe quero dar.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, leu uma **saudação**, uma **informação** e uma **declaração** cujo teor a seguir se transcreve:

1. “Declaração Política -----

Saudação aos We Can Dance -----

Senhoras e Senhores Vereadores, -----

No passado fim-de-semana os We Can Dance participaram num Campeonato Mundial de hip-hop (o Mundial hip-hop “Unite”) com mais de 1.000 participantes, oriundos de 14 países. -----

A participação ocorreu através de 3 equipas, que representaram Portugal e obtiveram um histórico 3.º lugar. -----

Os We Can Dance são um grupo de hip-hop criado em 2015, no Montijo, por Igor Lima e Daniel Soares. Hoje, além de trabalharem no Montijo, na da Banda Democrática 2 de Janeiro, têm várias escolas noutros pontos do concelho e também no Pinhal Novo. -----

Os We Can Dance já tiveram equipas premiadas noutras ocasiões, tendo sido campeões distritais e vice-campeões nacionais. Mas esta premiação, num evento internacional de tão grande dimensão, é notável e reveladora do mérito e do trabalho excepcional de professores e alunos. -----

Como Presidente da Câmara, quero felicitar os premiados e o Grupo We Can Dance, partilhando do orgulho que, estou certa, os Montijenses terão de verem pessoas da nossa terra alcançar o justo reconhecimento. -----

Parabéns e muito obrigada pelo trabalho desenvolvido!”. -----

2. Informação -----

“Exmos. (as). Senhores (as) -----

Vereadores e Vereadoras -----

A 2 de Outubro de 2024, foi aprovada com o voto contra do Vereador João Afonso, em Reunião de Câmara a Moção apresentada pela CDU em que, em conjunto, se deliberou a realização de uma homenagem digna aos resistentes antifascistas, naturais ou residentes no Montijo à data da sua detenção. -----

Neste sentido, os serviços da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto desta Autarquia, no cumprimento das orientações que lhes foram conferidas, têm vindo a desenvolver as melhores diligências no sentido de apresentar uma proposta com a Homenagem devida aos Homens e Mulheres que resistiram e tanto contribuíram para que hoje vivêssemos em Liberdade. -----

Os Serviços efetuaram os contactos respetivos junto das entidades enunciadas na referida Moção, bem como a realização de reunião com o representante da



9
Rome

União de Resistentes Antifascistas Portugueses - Núcleo do Montijo. Esta parceria permitirá, não apenas confirmar os nomes dos presos políticos constantes da lista que nos foi facultada, como também adicionar outros nomes que ainda não foram contemplados. Para este fim, a DCBJD em conjunto com a URAP dará continuidade ao processo de confirmação dos Homens e Mulheres detidos, com a investigação de fichas de processo ligadas a outras prisões. ---- Informo ainda que está a ser estudada a implementação, no Largo do Bairro da Liberdade, de uma estrutura que dignifique e immortalize no tempo a memória destes resistentes antifascistas com ligação ao Montijo. ----- Por forma a tornar este projeto ainda mais envolvente e participado realçando os valores de abril que estes Homens e Mulheres nos deixaram, os serviços de cultura permanecem disponíveis para acolher e trabalhar os contributos de todos os interessados em colaborar nesta homenagem.”. -----

**3. “Declaração Política -----
Segurança e Conselho Municipal de Segurança -----**

Senhoras e Senhores Vereadores, -----
Como é do conhecimento de todos, tem-se assistido, ultimamente, ao aumento de uma impressão de insegurança, que tem alarmado os cidadãos. -----
No Montijo, esse aumento de impressão de insegurança ocorre, sobretudo, no centro histórico da cidade e chega-nos através dos relatos apresentados pelos comerciantes da baixa. -----

Sobre esta matéria gostaria de dizer o seguinte: -----

1. A matéria do policiamento, da prevenção e do combate à criminalidade é, nos termos da Lei, da competência das autoridades policiais - concretamente, da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) que são tuteladas pelo Governo, através do Ministério da Administração Interna;
2. Assim, é a estas entidades (e às respetivas tutelas) que se deve reivindicar a resolução do problema. O que se torna ainda mais evidente se tivermos presente que muitas das situações relatadas têm ou tiveram lugar perto da esquadra da PSP no Montijo; -----
3. A Câmara Municipal do Montijo, no âmbito das suas competências legais, esteve sempre atenta a estes problemas e empenhada em encontrar/revindicar as melhores soluções para os munícipes. Por isso, no passado dia 15 de outubro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara recebeu, a meu pedido, representantes de comerciantes da baixa do Montijo, para os ouvir; -----
4. Por isso também, na linha do compromisso que assumi desde a primeira hora, e como decorre da Lei, convoquei o Conselho Municipal de Segurança para analisar a matéria, o qual reuniu, em plenário, no passado dia 22 de outubro. -



5. Nessa reunião - que contou com forças de segurança, Bombeiros, Juntas de Freguesia, representantes do setor social e da comunidade educativa, etc. - todos tiveram oportunidade de expressar as suas preocupações e as suas sugestões sobre o caminho a seguir. Depois de um debate muito participado, na sequência de uma proposta da Presidente da Câmara, ficou acordado: -----

- Reunir o Conselho Municipal de Segurança restrito (só com a Câmara e as forças de segurança) para estudar a possibilidade de instalação de câmaras de videovigilância e apresentar uma proposta ao plenário; -----
- Que a Câmara pediria uma audiência à Ministra da Administração Interna, para reivindicar os meios necessários para que as polícias do Montijo possam atuar; -----

6. Em cumprimento desse compromisso, quero informar que já convoquei o Conselho Municipal de Segurança restrito para dia 8 de novembro; -----

7. Como tem sido amplamente noticiado, há problemas de insegurança que afetam vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Nessa sequência, no passado dia 25 de outubro, teve lugar uma reunião do Conselho Metropolitano para discutir o assunto, com a presença dos 18 Presidentes de Câmara e dos Ministros da Presidência e da Administração Interna. Nessa ocasião, o Governo assumiu as competências e as responsabilidades que tem na matéria, e procurou tranquilizar os autarcas, garantindo estar a tomar as medidas ao seu alcance. Da minha parte, enquanto Presidente da Câmara do Montijo, chamei a atenção para os problemas sentidos no nosso concelho, e para a necessidade de respostas; -----

8. Os problemas de segurança no Montijo devem preocupar-nos (e têm preocupado a Câmara do Montijo). Mas manda a verdade que se diga que a situação não é tão grave como alguns têm pretendido pintar, nem tem comparação com a situação vivida noutros concelhos da AML. Isso mesmo resultou, aliás, da intervenção feita pela GNR no Conselho Municipal de Segurança de 22 de outubro; -----

9. Os problemas de segurança devem ser tratados, pelos dirigentes políticos, com serenidade e sentido de responsabilidade. -----

A serenidade é essencial para não alarmar as pessoas. -----

E o sentido de responsabilidade implica que se deve exigir as soluções de quem tem poderes para atuar: o Governo e as forças de segurança. -----

10. A Presidente da Câmara tem tido sempre essa postura, mas lamenta que alguns agentes políticos não a tenham - e que joguem com os receios dos cidadãos apenas para se promoverem politicamente. -----

Ao procurarem empurrar para a Câmara questões que são, maioritariamente, da responsabilidade de outros organismos, talvez pensem que ganham alguns



votos; mas não vão resolver os problemas das pessoas, que é o que verdadeiramente importa. -----

Vamos continuar, como até aqui, a defender os interesses dos Montijenses, no quadro das competências que a lei nos atribui.” -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, disse ainda: “A Senhora Ministra da Administração Interna reuniu-se com os Senhores Presidentes da área metropolitana de Lisboa na passada quinta-feira. Nessa mesma reunião, cada um dos senhores presidentes da área metropolitana de Lisboa, face aos acontecimentos de violência ocorridos em diversos locais dos concelhos, cada Presidente de Câmara teve a oportunidade de relatar à Senhora Ministra as suas preocupações. Eu própria tive a oportunidade de dizer que tinha solicitado uma reunião devido aos problemas que enfrentamos no Montijo, por não termos Comandante da PSP e por termos poucas forças policiais no concelho, o que não respondia, na nossa perspetiva, às nossas necessidades e gerava nos cidadãos um sentimento de insegurança. Isso não invalida que eu continue a solicitar a reunião, mas já tive a oportunidade de, nessa reunião, expressar esse sentimento, aliás comum a todos os Senhores e Senhoras Presidentes de Câmara da área metropolitana.” -----

A Senhora **Vereadora Marina Birrento**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu duas **informações**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. Informação -----

“Nota para reunião de câmara sobre as atividades do Mês Sénior 2024 -----

O Dia Internacional da Pessoa Idosa foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1991, é celebrado no dia 1 de outubro e tem como objetivo sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento, bem como para a necessidade de proteger e cuidar da população mais idosa. -----

A comemoração desta data, pretende chamar a atenção para os estereótipos negativos associados à idade cronológica e mitos relacionados com o envelhecimento e a Câmara Municipal do Montijo, durante o mês de outubro, preparou um programa repleto de atividades diversificadas, com o objetivo de sensibilizar, informar e, acima de tudo, garantir experiências salutaras de convívio e de participação social aos munícipes com mais idade, em todo o seu território. -----

Assim queremos aqui destacar: -----

- Que no dia 3 de outubro promoveram-se as comemorações do IV Aniversário da Academia Sénior de Sarilhos Grandes, na Sede da AMUT- Sarilhos Grandes; -
- Já no dia 8 de outubro, os Projetos de Envelhecimento Ativo deram início ao novo ano letivo com um Espetáculo Comemorativo, que se realizou no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida; -----



- A 14 de outubro, os seniores puderam participar numa sessão prática e divertida de Exercício e Estimulação Cognitiva, que aliou o movimento físico ao estímulo mental. Esta atividade teve lugar na Universidade Sénior do Montijo.
- No dia 17 de outubro, a Caminhada das Cores levou centenas de seniores à Praça da República a mesma iniciativa teve lugar, simultaneamente, em Pegões; -----
- A Festa Branca foi o destaque do dia 24 de outubro, no Grupo Recreativo Desportivo e Cultural das Craveiras.; -----
- No dia 29 de outubro, realizou-se uma Ação de Esclarecimento sobre a Polimedicação, no auditório da Delegação da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Atalaia, Alto Estanqueiro-Jardia, uma oportunidade para esclarecer dúvidas sobre o uso de múltiplos medicamentos e os cuidados a ter;
- A fechar o mês, amanhã a Caminhada dos Maiores terá lugar a 31 de outubro, com início às 9h30 na Fonte-Velha, em Canha. -----

Lembramos que atualmente a Universidade Sénior, as Academias Sénior (Pegões e Canha, Atalaia Alto Estanqueiro e Jardim e Sarilhos Grandes) e o Gabinete Sénior têm, aproximadamente, 645 alunos/as e 40 professores/as voluntários/as. -----

Os PEA oferecem uma grande diversidade de disciplinas, com o objetivo de ir ao encontro dos gostos e interesses das pessoas que as procuram.”. -----

2. Informação -----

“Mulheres de Abril recordadas em comemorações do Dia Municipal para a Igualdade. -----

Desde 2010, que dia 24 de Outubro, DIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE é celebrado por centenas de organizações representativas da sociedade civil e da esfera pública de todo o território português, que promovem iniciativas de CIDADANIA LOCAL que coloca a tónica na IGUALDADE como fator de desenvolvimento. -----

Sob o repto da moção da CDU, durante reunião de câmara de 2 de outubro que deliberava uma homenagem aos presos pelo regime fascista. O Partido Socialista votou a favor, ainda e porque este ano se celebra os 50 anos do 25 de Abril, a Equipa para a Igualdade da Câmara Municipal do Montijo criou um programa que evidenciou o papel das mulheres na Luta Antifascista. -----

A semana iniciou-se no dia 24 de outubro e como anunciado anteriormente a Câmara Municipal do Montijo foi pela terceira vez, distinguida com o Prémio “Viver em Igualdade”, uma iniciativa promovida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). -----

O prémio foi entregue a 24 de outubro, em Vila de Rei. -----



Alcme

Este prémio é destinado a ser usado na comunicação da autarquia, atesta que o município referido é reconhecido como um dos melhores locais para viver em igualdade. -----

Nesse mesmo dia foi lançado o 13.º episódio do Podcast Igualdade em Foco que teve como convidada a Professora Doutora Dulce Morgado Neves. -----

Dulce Morgado Neves doutorada em Sociologia pelo ISCTE em 2013, é investigadora integrada do CIES-Iscte e as suas áreas de interesse e pesquisa incidem sobre os temas de género, sexualidade, parto, transição para a parentalidade e movimentos sociais. É co-fundadora e co-coordenadora do Laboratório de Estudos Sociais sobre Nascimento - nascer.pt, uma estrutura de investigação criada em 2017, pertencente ao CIES-Iscte. -----

Assim e no dia 25 de outubro, a Galeria Municipal do Montijo a Professora deu-nos uma aula Aberta sobre o projeto “ABRIL MATER” - Estudo sobre a maternidade e parto antes e depois da Revolução (2023-2024), financiado pela FCT. ABRIL MATER é um projeto que explorou as relações entre as mudanças sociais e políticas trazidas pela Revolução de 1974 e as transformações ocorridas no campo da maternidade e do parto em Portugal. -----

A Professora documentou os acontecimentos que marcaram a história do país nas décadas de 1960 a 1980, para, a partir daí, reconstituir a evolução da assistência em saúde materna no país e traçar o caminho percorrido em matéria de proteção de direitos das mulheres e das crianças. -----

Foi projetado um vídeo que com a recolha de entrevistas sobre as vivências da maternidade nos períodos que antecederam e se seguiram à Revolução de Abril de 1974. Estas informações recolhidas tiveram o contributo da URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses. -----

E no dia 26 de outubro, a Câmara Municipal de Montijo promoveu com o apoio na organização da União de Resistentes Antifascistas Portugueses - URAP, uma sessão de partilha com Conceição Matos, mulher da revolução e antifascista, que viveu numa casa clandestina no Montijo, onde foi presa.

Maria da Conceição Matos partilhou todo o processo de clandestinidade em que viveu durante o período fascista do Estado Novo, partilhou como foi presa e interrogada pela PIDE, partilhou como foi o processo de tortura e violência física à qual foi sujeita durante os interrogatórios, causando-lhe lesões irreversíveis. -----

Agradecemos aqui, hoje, mais uma vez a esta mulher que lutou pela nossa liberdade de hoje. -----

Ainda neste dia teve lugar a inauguração da exposição “Além das Grades: Mulheres do Montijo na Luta pela Liberdade” realizada pela Equipa para a



Igualdade da Câmara Municipal do Montijo, onde ainda poderá ser visita na Galeria Municipal de Montijo na Sala Artur Bual.”. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, e disse: “Há pouco tinha pedido a palavra, precisamente para propor que corrigisse a sua declaração, mas já o fez. Precisamente porque o Vereador João Afonso votou contra, felizmente, as reuniões são gravadas, estão disponíveis e qualquer pessoa pode ver. No âmbito da discussão dessa moção, que o Senhor Vereador João Afonso decidiu insultar, por várias vezes, esta bancada, não vou reproduzir, porque está gravado. Inclusive, chamou-nos de não sermos democratas e, aproveitando, naturalmente, acompanhando aquilo que a Vereadora aqui colocou sobre a experiência de Conceição Matos na luta contra o fascismo, é extensível também a ela, a acusação de não ser democrata. Portanto, aquilo que o Senhor Vereador João Afonso fez, na altura, na discussão dessa reunião, é extensível também à Conceição Matos e a todos os outros, neste caso, comunistas, que lutaram contra o fascismo. Era isso que eu queria corrigir, porque, de facto, ele votou contra essa questão e nós, obviamente, saudamos que a Câmara Municipal esteja a fazer o trabalho que tem de fazer, no sentido de avançar com aquilo que foi aprovado neste órgão e, naturalmente, saudamos essa questão.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, em resposta ao Vereador Nuno Catarino, disse: “Vereador faremos com todo o gosto, porque quem não honra o passado não tem futuro, ainda por cima quem tanto lutou pela liberdade.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, e disse: “Como a bancada da CDU não resiste sempre a citar o meu nome, eu queria dizer o seguinte, de facto, Senhor Vereador, nós PSD, consideramos que o Partido Comunista e o comunismo não é um partido democrática e que o comunismo tem provas dadas da sua total falta de democracia. Isso é facilmente comprovado pelos registos históricos, pelo que os senhores Estalinistas e Leninistas fizeram na União Soviética, com as deportações, a construção dos gulags, as mortes, os assassinatos. Portanto, de facto, nós não consideramos que os Senhores sejam democratas. Mas não somos só nós que dizemos isso, o Parlamento Europeu, há bem poucos anos, aprovou uma resolução comparando o comunismo ao nazismo. Por isso, Senhores Vereadores da CDU, eu respeito os Senhores como democratas, mas sei que quando estiveram no poder, fizeram o que fizeram pelo mundo fora e só não o fizeram em Portugal porque houve, efetivamente, democratas que o impediram.”. -----



Ata

O Senhor **Vereador Joaquim Correia (CDU)** não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, submeteu à apreciação a **ATA N.º 21/2024**, referente à **reunião ordinária desta Câmara Municipal de vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro**, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada com cinco votos a favor, três do PS, dois do PSD e duas abstenções da CDU*. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, submeteu à apreciação a **ATA N.º 22/2024**, referente à **reunião ordinária desta Câmara Municipal de vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro**, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada com cinco votos a favor, três do PS, dois do PSD e duas abstenções da CDU*. -----

Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

1- PROPOSTA N.º 1333/2024 - HOMENAGEM AO PROF. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS - ATRIBUIÇÃO DO NOME DO PROFESSOR JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS AO “LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM DO MONTIJO” -----

José Francisco dos Santos é natural de Portimão, no Algarve, e residente no Montijo desde 1963. -----

É Engenheiro Técnico de Máquinas e licenciado em Estudos Superiores Especializados em Administração e Gestão Escolar. -----

Professor do Ensino Secundário desde 1963, desempenhou, nesse âmbito, os cargos de (i) Diretor dos Cursos Industriais, (ii) Diretor dos Cursos Noturnos, (iii) orientador de estágio de outros professores, na Escola Secundária de Setúbal e (iv) Presidente do Conselho Diretivo da atual Escola Secundária Jorge Peixinho, função que mais o notabilizou e no âmbito da qual granjeou o prestígio e a estima da comunidade educativa do Montijo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 33
Folha 680

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse: “Parece que ficou muito incomodado com aquilo que eu disse, está gravado, portanto, não vale a pena estar aqui com mais floreios sobre isso. Aquilo que disse na altura foi acusar esta bancada por ter apresentado aquela moção, acusou-nos a nós, e digo-lhe nos olhos, acusou-nos de não sermos democratas e nós, aqui, o que estávamos a falar era sobre Portugal, sobre a luta contra o fascismo em Portugal e este Senhor, na sua tentativa constante de generalizar, acusou-nos de não sermos democratas e hoje voltou a tentar fazer a mesma situação. Portanto, que fique claro que há aqui um Vereador nesta Câmara Municipal que entende que há dois Vereadores que estão nesta câmara, que foram eleitos democraticamente pelos montijenses e que ele considera que nós não somos democratas, isto é o que é. Quem quiser, para bom entendedor, meia palavra basta.”. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Maria Clara Silva**, deu conhecimento do **Relatório intercalar de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão** proferido em 23 de outubro de 2024, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, submeteu à apreciação a **ATA N.º 19/2024**, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de dez de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada por unanimidade*. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia (CDU)** não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino (CDU)** não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, submeteu à apreciação a **ATA N.º 20/2024**, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido *aprovada com cinco votos a favor, três do PS, dois do PSD e uma abstenção da CDU*. -----



Handwritten signature: Rome

Ainda no âmbito educativo, o Prof. Francisco Santos integrou, em representação do Ministério da Educação, um grupo de trabalho constituído com o objetivo de realizar o estudo de viabilidade para a criação de Centros de Formação Profissional na região do Alentejo, tendo esse trabalho sido reunido em obra publicada, em 2 volumes. Finalmente, esteve envolvido no estudo e preparação da criação da Escola Profissional do Montijo. -----

O Professor Francisco Santos foi também um importante autarca, que prestou grande serviço ao Montijo, durante muito tempo em cumulação com a sua atividade profissional. -----

Militante do Partido Socialista, nesse âmbito, foi, respetivamente, membro da Assembleia Municipal e líder da bancada do PS, Presidente da Junta da Freguesia do Montijo (1998-2013), e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montijo (2013-2017) - num período total de 24 anos. -----

Integrou ainda o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) tendo servido um mandato como vice-presidente. -----

Desde 2018 é Reitor da Universidade Sénior do Montijo. -----

Considerando: -----

1. O longo percurso e singular percurso de serviço ao Montijo, do Professor José Francisco dos Santos (evidenciado na nota biográfica acima inserida) e o elevado prestígio e estima de que goza junto da nossa comunidade; -----

2. Que esse percurso se fez, particularmente, na área da Educação, que foi sempre a sua paixão (sendo ainda hoje, carinhosamente conhecido como “Professor Chico Santos”) apesar das funções políticas de enorme relevo que desempenhou; -----

Considerando ainda que: -----

3. O Laboratório de Aprendizagem do Montijo (LAM) foi inaugurado em 12 de abril de 2018, e é uma das onze medidas integradas no Projeto CRIA - Centro de Recursos para a Infância e Adolescência que a Câmara Municipal do Montijo candidatou, com sucesso, ao POR Lisboa 2020, na tipologia de operação ‘Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar’; -----

4. Mais concretamente, trata-se de um modelo holístico e inovador de sala de aula, o qual aposta no desenho e na oferta de ambientes educativos pedagogicamente aliciantes, com recurso a meios tecnológicos inovadores e de qualidade; -----

5. Neste espaço, desenvolvem-se atividades práticas e inovadoras que permitem uma aprendizagem ativa pelos/as alunos/as, construindo novos processos pedagógicos, usados de forma transversal por qualquer docente, em diferentes contextos educativos; -----



6. O LAM constitui-se assim como um espaço privilegiado para uma aprendizagem versátil e adaptável a diferentes metodologias, como o trabalho de projeto, o trabalho colaborativo (em grupos ou em pares) e/ou individual, atividades de investigação, criação e/ou comunicação/apresentação, que favorecem a motivação e a criatividade de alunos/as e professores/as: -----

7. O espaço está organizado em 5 zonas, de acordo com o modelo da *Future Classroom Lab* (FCL) da *European Schoolnet* (EUN), situada em Bruxelas: zona APRESENTAR (zona de apresentação do problema inicial, bem como do resultado obtido após o trabalho sobre o mesmo), zona INVESTIGAR (zona onde é feita a investigação necessária para a resolução do problema proposto), zona CRIAR (zona onde é possível criar uma apresentação dos resultados obtidos, recorrendo nomeadamente à edição de vídeo e a diverso equipamento multimédia), zona INTERAGIR (zona onde pode ser feita investigação e criação do produto final a apresentar ou podem ser feitos inquéritos de resposta automática, quer para a modalidade de brainstorming quer para responder a perguntas de opinião ou de avaliação ou a testes de conhecimentos) e zona DESENVOLVER (zona onde os/as alunos/as podem fazer pesquisas e reuniões de grupo para discussão de estratégias de abordagem ao problema ou de comunicação dos resultados); -----

8. O LAM está instalado em espaço próprio propriedade do município do Montijo e localizado no Centro Cívico do Esteval; -----

Considerando, por fim, que: -----

9. A Câmara Municipal do Montijo pretende homenagear o Prof. José Francisco dos Santos, reconhecendo e agradecendo publicamente o seu percurso de serviço ao Montijo; -----

10. Dada a atividade docente do Professor, a atribuição do seu nome ao “Laboratório de Aprendizagem do Montijo” - que é um espaço ligado à inovação na Educação, como supra se evidenciou - afigura-se uma homenagem digna, simbólica e particularmente adequada; -----

11. Os municípios dispõem de atribuições em matéria de educação, ensino e formação profissional, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor. -----

PROPONHO: -----

Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a Câmara Municipal delibere:

a) Homenagear o Professor José Francisco dos Santos, atribuindo o seu nome ao espaço “Laboratório de Aprendizagem no Montijo”; -----

b) Que, para efeitos da homenagem, seja colocada uma placa no edifício, com o nome do Professor José Francisco dos Santos; -----



Roxé

c) Que seja organizada uma cerimónia de homenagem, incluindo o descerramento da placa. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal) -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, referiu que os professores são uma classe fundamental, pois foram eles que nos ensinaram a ler e a contar. Recentemente, um grupo de antigos alunos da Escola Secundária Jorge Peixinho manifestou o desejo de que uma escola fosse nomeada em honra do professor João Vau, em reconhecimento ao seu trabalho na área das ciências. No entanto, expliquei que a atribuição de nomes a escolas é competência dos agrupamentos e do Ministério da Educação, não da Câmara Municipal. Apesar disso, a Câmara tem espaços de educação que podem ser nomeados em honra de docentes ou figuras relevantes da região. Apresentei, assim, três propostas de homenagem a docentes do Montijo, como forma de expressar o respeito e agradecimento pelo seu trabalho. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. Tomada por escrutínio secreto.

2- PROPOSTA N.º 1334/2024 - HOMENAGEM AO PROF. JOÃO VAU - ATRIBUIÇÃO DO NOME DO PROFESSOR JOÃO VAU AO ESPAÇO “TRILHOS DA CIÊNCIA” -----

João Francisco de Oliveira Vau, é natural do Montijo e licenciado em Ciências Geológicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. -----
Tirou, também, o Curso de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras de Lisboa. -----

Como Professor, iniciou funções na atual Escola Secundária Jorge Peixinho, então designada Escola Industrial e Comercial de Montijo, no ano letivo de 1962-1963. -----

Lecionou também, na Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro e na Escola Industrial e Comercial de Setúbal. -----

Desempenhou ao longo do seu percurso profissional, diversas funções relacionadas com a organização pedagógica da Escola. -----

Foi subdiretor da Escola Industrial e Comercial de Montijo e, posteriormente, Presidente do Conselho Diretivo da Escola Secundária de Montijo. -----

Coautor com o Professor Doutor Galopim de Carvalho e outros autores do manual escolar de Geologia do 12.º Ano. -----

Foi orientador pedagógico de estágios na formação de Professores, em parceria com o Professor Doutor Galopim de Carvalho que orientava a parte científica. -

Foi formador no Centro de Formação de Montijo e Alcochete (Cenforma). -----

Participou, enquanto comentador no Painel 3 - Avaliação e Sucesso Educativo,



proferido pelo Professor Doutor Domingos Fernandes, no âmbito do Seminário Distrital de Professores em 1992. -----

Considerando: -----

1. O longo percurso de serviço à comunidade montijense, do Professor João Vau, evidenciado na nota biográfica acima inserida; -----

2. Que esse percurso se fez, maioritariamente nas áreas da Educação e das Ciências Exatas; -----

Considerando ainda que: -----

3. O espaço “Trilhos da Ciência” é um espaço dedicado ao ensino experimental das ciências na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, que aposta na conceção e criação de ambientes educativos pedagogicamente aliciantes, com recurso a meios tecnológicos inovadores e de qualidade e a equipamentos e materiais para o ensino experimental das ciências, inaugurado; -----

4. O espaço foi inaugurado pela Câmara Municipal do Montijo em 1 de junho de 2021; -----

5. Seguindo as várias etapas do método científico - Observar, Perguntar, Pôr Hipóteses, Investigar, Experimentar, Analisar e Concluir - são aí trabalhados conteúdos das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e da Organização Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

6. O espaço constitui propriedade do Município e trata-se, concretamente, de um edifício escolar, tipo Plano Centenário, localizado na Rua 28 de Setembro, na Atalaia; -----

7. De acordo com a placa de inscrição existente no edifício, terá sido construído em 1955 e ampliado em 1961; -----

8. O referido edifício, funcionou como escola primária até ao início de funcionamento da atual EB Novos Trilhos; -----

9. Nesta altura, o edifício foi reabilitado pela Câmara Municipal e reconvertido em jardim-de-infância, sendo o primeiro jardim-de-infância da rede pública do município (iniciou funcionamento, como tal, no ano letivo 1986/87, mais propriamente no dia 1 de dezembro de 1986); -----

10. O edifício ficou devoluto em julho de 2018, quando as salas de educação pré-escolar que nele funcionavam passaram a funcionar na EB Novos Trilhos. --

11. Em 2020, a Câmara Municipal reabilitou o edifício para instalação do espaço ‘Trilhos da Ciência’, através de uma candidatura ao “POR Lisboa 2020”, na tipologia de “Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”; -----

12. O edifício dispõe de duas salas (com cerca de 59 m² cada), dois átrios (com cerca de 33 m² cada), instalações sanitárias (IS) de apoio a cada uma das salas, uma sala polivalente (com cerca de 23 m²) e uma pequena cozinha; -----



9
Roné

13. Uma das salas e um dos átrios, com as respetivas IS de apoio, estão afetos ao funcionamento de um polo da Biblioteca Municipal; e a outra sala, o outro átrio, a cozinha, a sala polivalente e as respetivas IS de apoio estão afetos à instalação do espaço 'Trilhos da Ciência'; -----

Considerando, por fim, que: -----

14. Na sequência de uma iniciativa de uma comissão de antigos alunos da Escola Industrial e Comercial do Montijo, que a signatária recebeu, a Câmara Municipal do Montijo pretende homenagear o Prof. João Vau, reconhecendo e agradecendo publicamente o seu percurso de serviço ao Montijo; -----

15. Dada a atividade docente do Professor, na área das Ciências Exatas, a atribuição do seu nome ao "Trilhos da Ciência" - que é um espaço educativo ligado às ciências, como supra se evidenciou - afigura-se uma homenagem digna, simbólica e particularmente adequada; -----

16. Os municípios dispõem de atribuições em matéria de educação, ensino e formação profissional, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor -----

PROPONHO: -----

Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a Câmara Municipal delibere:

a) Homenagear o Professor João Vau atribuindo o seu nome ao espaço "Trilhos da Ciência"; -----

b) Que, para efeitos da homenagem, seja colocada uma placa, em local apropriado, com o nome do Professor João Vau; -----

c) Que seja organizada uma cerimónia de homenagem, incluindo o descerramento da placa. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. Tomada por escrutínio secreto.

3- PROPOSTA N.º 1335/2024 - HOMENAGEM AO PROF. JOAQUIM TAPADINHAS - ATRIBUIÇÃO DO NOME DO PROFESSOR JOAQUIM TAPADINHAS AO ESPAÇO "TRILHOS DA LEITURA" (BIBLIOTECA ESCOLAR DA ATALAIA) -----

Joaquim Carreira Tapadinhas nasceu no Montijo a 12 de maio de 1936 e é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Pós-Graduado em História de Portugal e Mestre em História e Política Social pela Universidade Lusófona. -----

Docente de profissão, lecionou em diversas escolas do 2.º ciclo, entre as quais a Escola D. Pedro Varela. Mais tarde foi também professor da Universidade Sénior do Montijo. -----

A par da sua atividade profissional, teve uma intensa vida cívica e política: foi



Presidente da primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal, entre 21 de maio de 1974 e 29 de julho de 1975 - mais tarde voltou a exercer o cargo de presidente da Comissão Administrativa, entre 12 e 26 de agosto de 1975 -; e ocupou cargos em diversas associações e coletividades, entre as quais, o Ateneu Popular do Montijo (1964-1973) e a Banda Democrática 2 de Janeiro (1984), como presidente da Direção, e a Santa Casa da Misericórdia do Montijo (1992-2001), como presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

Intelectual respeitado, é Autor de diversas obras e cronista na imprensa local. Considerando: -----

1. O percurso de serviço à comunidade montijense, do Professor Joaquim Tapadinhas, evidenciado na nota biográfica acima inserida; -----

2. Que esse percurso se fez na área da Educação, mas também da literatura, mercê dos inúmeros trabalhos que tem publicados; -----

Considerando ainda que: -----

3. Desde 2008, no âmbito do Programa do Ministério da Educação “Rede de Bibliotecas Escolares”, e decorrente da Carta Educativa e da política administrativa municipal para a educação e leitura pública, foram projetadas e implementadas dez Bibliotecas Escolares, no extenso território educativo do concelho do Montijo; -----

4. Entre as diferentes bibliotecas escolares temos o, até agora, denominado, espaço “Trilhos da Leitura”, inaugurado a 1 de junho de 2021, que serve a comunidade escolar da EB “Novos Trilhos”; -----

5. No edifício onde o espaço “Trilhos da Leitura” se encontra instalado, funcionou uma escola primária até ao início de funcionamento da atual EB Novos Trilhos; -----

6. Tal edifício, constitui propriedade do Município e trata-se, concretamente, de um edifício escolar, tipo Plano Centenário, localizado na Rua 28 de Setembro, na Atalaia; -----

7. De acordo com a placa de inscrição existente no edifício, terá sido construído em 1955 e ampliado em 1961; -----

8. O edifício ficou devoluto em julho de 2018, quando as salas de educação pré-escolar que nele funcionavam passaram a funcionar na EB Novos Trilhos. -----

9. Posteriormente, no contexto da candidatura RBE protagonizada pelo AE Poeta Joaquim Serra, verificou-se a intervenção da Câmara Municipal, que resultou na requalificação do edifício em causa; -----

10. O edifício requalificado, dispõe de duas salas (com cerca de 59 m² cada), dois átrios (com cerca de 33 m² cada), instalações sanitárias (IS) de apoio a cada uma das salas, uma sala polivalente (com cerca de 23 m²) e uma pequena cozinha; -----



11. Uma das salas e um dos átrios, com as respetivas IS de apoio, estão afetos ao funcionamento de uma Biblioteca, que consubstancia o citado espaço “Trilhos da Leitura”; a outra sala, o outro átrio, a cozinha, a sala polivalente e as respetivas IS de apoio estão afetos à instalação do espaço ‘Trilhos da Ciência’; -----

Considerando, por fim, que: -----

12. Dada a atividade docente do Professor Joaquim Carreira Tapadinhas, mas também a sua dedicação à literatura e as obras que tem publicado, a atribuição do seu nome ao espaço “Trilhos da Leitura” - que é um espaço ligado à educação, à leitura e à literatura como supra se evidenciou - afigura-se uma homenagem digna, simbólica e particularmente adequada; -----

13. Os municípios dispõem de atribuições em matéria de educação, ensino e formação profissional, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor -----

PROPONHO: -----

Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2 d) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a Câmara Municipal delibere:

a) Homenagear o Professor Joaquim Tapadinhas, atribuindo o seu nome ao espaço “Trilhos da Leitura”; -----

b) Que, para efeitos da homenagem, seja colocada uma placa, em local apropriado, com o nome do Professor Joaquim Tapadinhas; -----

c) Que seja organizada uma cerimónia de homenagem, incluindo o descerramento da placa. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. Tomada por escrutínio secreto.

II - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1- PROPOSTA N.º 1336/2024 - RECRUTAMENTO A TERMO RESOLUTIVO CERTO - ASSISTENTE OPERACIONAL (PESSOAL NÃO DOCENTE) - REFEITÓRIOS -----

Considerando que: -----

- Na Reunião de Câmara de 12/06/2024 foi aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado - termo resolutivo certo para ocupação de 1 postos de trabalho com funções equiparadas às de Assistente Operacional (Pessoal não docente) - Refeitórios; -----

- O procedimento acima referido, aberto pelo aviso (extrato) n.º 16087/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 148 - 01 de agosto de 2024, encontra-se concluído e foi homologado pela Sra. Presidente da Câmara a 22/10/2024; -----



- Refere o ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal que o mesmo foi aberto com constituição de reserva de recrutamento, prevista nos números 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro; ----
 - A abertura do procedimento concursal ocorreu de acordo com os pressupostos legais previstos no número 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual; -----
 - Da abertura do procedimento concursal resultou a ocupação de 1 posto de trabalho e ficou uma reserva de recrutamento ativa de 24 pessoas que poderão ser contactadas pela ordem em que ficaram ordenadas, até preenchimento das vagas; -----
 - O Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento aprovados para o ano 2024, contemplam a necessidade de ocupação de 6 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente) para os refeitórios, na Unidade Municipal de Gestão de Equipamentos Escolares; -----
 - Na sequência da abertura de novas salas de pré-escolar e 1.º ciclo, o presente ano letivo registou um aumento do número de alunos a frequentar os refeitórios dos estabelecimentos de ensino do concelho, o que implica um aumento do fornecimento de refeições; -----
 - Ocorreram caducidades de contrato de pessoal não docente a desempenhar funções nos refeitórios escolares, que colocam em causa o ratio de trabalhadores em alguns estabelecimentos de ensino; -----
 - A ocupação destes postos de trabalho, durante o corrente ano letivo, é fundamental para garantir o normal funcionamento dos refeitórios escolares; -
 - Os ratios de pessoal não docente são determinados anualmente e têm um carácter variável, não podendo estes postos de trabalho representarem necessidades permanentes do serviço; -----
 - De acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, prevê como motivo de celebração de contrato a termo resolutivo certo “fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço”; -----
 - A abertura de um novo procedimento concursal comum e seu desenvolvimento acarreta um conjunto de despesas associadas (aviso para publicação em DR, envio de notificações para candidatos, entre outros); -----
 - Os encargos inerentes à ocupação dos postos de trabalho, estão contemplados no orçamento para o ano 2024. -----
- PROponho: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal



comum aberto pelo aviso (extrato) n.º 16087/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 148 - 01 de agosto de 2024, para recrutamento e ocupação de 6 (seis) postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento da Câmara Municipal do Montijo aprovados para o ano 2024, na carreira/categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente) - refeitórios escolares, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado - termo resolutivo certo. -----

(Proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

III - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA, JUVENTUDE E DESPORTO -----

1- PROPOSTA N.º 1337/2024 - CEDÊNCIA E ISENÇÃO DO VALOR DE LOCAÇÃO DA SALA DO CINEMA-TEATRO JOAQUIM D'ALMEIDA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO MONTIJO, NA VALÊNCIA DO CENTRO DE INFÂNCIA RAINHA SANTA ISABEL, COM VISTA À REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO "SOZINHO NA ESCOLA", NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2024 -----

Considerando que: -----

1. A Santa Casa da Misericórdia do Montijo, através da valência do Centro de Infância Rainha Santa Isabel, com o número de identificação fiscal 500849455, e morada na Rua António Tavares Marques número 115, 2870-044 Montijo, situada na União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, solicitou à Câmara Municipal, a cedência e disponibilização do Cinema Teatro Joaquim D'Almeida, no dia 19 de dezembro 2024, com vista à realização da Festa de Natal 2024, que foi autorizado pelo decisor competente. -----
2. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----
3. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
4. Município de Montijo assume como linhas de atuação a criação de condições para a manutenção de práticas culturais e pedagógicas associadas à atividade cultural, bem como à organização de eventos dando a conhecer o papel das mais diversificadas manifestações artísticas, culturais e religiosas na vida local, introduzindo inovação e interação entre as diversas entidades, com vista à captação de novos públicos; -----
5. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Culturais e Promoção da Cultura



da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “apoio aos agentes culturais externos (instituições, movimento associativo, e sociedade civil) que desenvolvam a sua atividade cultural e recreativa no Concelho criando as condições para garantir o envolvimento da comunidade” e “acolher diferentes manifestações culturais provenientes dos agentes culturais locais, que pelo manifesto interesse para o Município merecem acolhimento, criando as condições artísticas, técnicas e logísticas para a sua plena concretização”, ao abrigo das alíneas h) e m), constantes do artigo 24.º do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março de 2024; ----
6. Os custos da utilização e cedência deste equipamento no valor de 1.433,91€ (mil quatrocentos e trinta e três euros e noventa e um cêntimo) acrescido de IVA à taxa legal, calculado pelo tempo de uso com base nos valores constantes no Regulamento e Tabela de Tarifas do Município do Montijo em vigor. -----

PROPÕE-SE QUE: -----

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos da alínea u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar a cedência e a respetiva isenção do valor da locação da sala do Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida, com vista à realização do espetáculo “Sozinho na Escola”, da Santa Casa da Misericórdia do Montijo, através da valência do Centro de Infância Rainha Santa Isabel, no dia 19 de dezembro de 2024, das 14h00 às 20h00. -----

2. A presente deliberação respeite o disposto no art.º 56.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

3. Notifique-se a Santa Casa da Misericórdia do Montijo. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote** não participou na apreciação e votação da presente proposta, em cumprimento do disposto no art.º 69.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1338/2024 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS DESIGNADA POR ASSOCIAÇÃO NÁUTICA MONTIJENSE - ANAU, PARA A AQUISIÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO TRADICIONAL DO TEJO -----

Considerando que: -----

1. A Associação Náutica Montijense - ANAU, pessoa coletiva de direito privado com natureza associativa e sem fins lucrativos, constituída em 2009, com sede social no Largo da Caldeira, 2870-186, na União das Freguesias de Montijo e



Afonsoeiro, solicitou à Câmara Municipal, um pedido de apoio financeiro para compartilhar a aquisição de uma embarcação tradicional do Tejo; -----

2. Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente no âmbito do Património, Cultura e Ciência, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

3. Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

4. O Município de Montijo assume como linhas de atuação a criação de condições para a manutenção de práticas culturais e pedagógicas associadas à atividade cultural, bem como à organização de eventos dando a conhecer o papel das mais diversificadas manifestações artísticas, culturais e religiosas na vida local, introduzindo inovação e interação entre as diversas entidades, com vista à captação de novos públicos; -----

5. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Culturais e Promoção da Cultura da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “apoio aos agentes culturais externos (instituições, movimento associativo, e sociedade civil) que desenvolvam a sua atividade cultural e recreativa no Concelho criando as condições para garantir o envolvimento da comunidade” e “acolher diferentes manifestações culturais provenientes dos agentes culturais locais, que pelo manifesto interesse para o Município merecem acolhimento, criando as condições artísticas, técnicas e logísticas para a sua plena concretização”, ao abrigo das alíneas h) e m), constantes do artigo 24.º do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março de 2024; ----

6. A aquisição da embarcação em causa decorre do reconhecimento da importância em preservar o património náutico tradicional, pelo que é fundamental que esta seja, em todos os aspetos, genuína e demonstrativa da tradição e autenticidade de todos os seus componentes, sem prejuízo de dar cumprimento às atuais exigências da navegação. -----

PROPÕE-SE QUE: -----

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), transferindo a verba financeira para a conta com o IBAN PT50 0033 0000 4550 4966 4060 5,



titulada pela Associação Náutica Montijense - ANAU, para compartilhar a aquisição de uma embarcação tradicional do Tejo; -----

2. O apoio financeiro seja concedido através da rubrica orçamental n.º 06/04.07.01.99. -----

3. O apoio financeiro seja liquidado até ao final do mês de novembro do ano de 2024. -----

4. A atribuição do presente apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto. -----

5. Notifique-se a Associação Náutica Montijense - ANAU. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3- PROPOSTA N.º 1339/2024 - APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR E A OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DO MONTIJO, JUNTA DE FREGUESIA DE CANHA, BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANHA E A ENTIDADE ASSOCIATIVA SEM FINS LUCRATIVOS DESIGNADA POR AFDD - ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA XVIII EDIÇÃO DA “MARATONA BTT CANHA 2024”, A REALIZAR NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 2024 -----

Considerando que: -----

1. Considerando que o Município de Montijo, a Junta de Freguesia de Canha, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canha e a AFDD - Associação para a Formação e Desenvolvimento Desportivo, pretendem promover, organizar, dinamizar e levar a efeito no próximo dia 1 de dezembro de 2024, a Maratona BTT na Freguesia de Canha, denominada “XVIII Maratona BTT Canha 2024”, estabelecendo para o efeito, uma parceria de cooperação; -

2. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na versão atual; -----

3. Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

4. De acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Unidade Municipal de Equipamentos Desportivos, Promoção do Desporto e Juventude da Divisão de Cultura da Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “desenvolver, em parceria



com os diversos agentes desportivos, projetos que contribuam para a aquisição de hábitos de vida saudáveis e promovam o interesse desportivo das pessoas”, e também “promover e divulgar a prática da atividade física e do desporto de forma generalizada, assim como as iniciativas desportivas relevantes para o Concelho”, ao abrigo das alíneas a), e d), constantes do artigo 23.º do Regulamento das Estruturas Flexíveis do Município do Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 56 de 19 de março 2024; -----

5. O reconhecimento, pela Câmara Municipal de Montijo, da importância da prática de atividades desportivas e culturais para a saúde física, mental e social e bem-estar dos indivíduos e comunidades, e que se tem traduzido na concretização de uma sólida política de promoção do desporto e da cultura em estreita articulação e proximidade com as associações e com os intervenientes das diversas atividades culturais e desportivas com especial incidência na população mais jovem. -----

6. O evento desportivo em causa é direcionado para participantes e praticantes experientes ao nível da modalidade de BTT, que procuram constantemente superar os limites das suas possibilidades e capacidades; -----

7. A Maratona de BTT de Canha 2024 será composta por dois percursos alternativos: um com 35 Km de distância e outro percurso, mais longo com 60 Km; -----

8. Apesar de patentear um grau de exigência elevado, a Maratona de BTT em apreço não terá qualquer vertente competitiva oficial, constituindo, ao invés, um evento desportivo informal e de recreação; -----

9. Para além da dimensão desportiva, a iniciativa em apreço visa igualmente promover e divulgar, junto dos participantes, o rico e valioso património natural e ambiental da Freguesia de Canha, permitindo aos atletas desfrutarem das magníficas paisagens desta região do concelho e da área metropolitana de Lisboa. -----

PROPÕE-SE QUE: -----

1. A Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, designadamente nos termos das alíneas o) e u), artigo 33.º, da Lei n.º 75, de 12 de setembro, na sua versão atual, delibere aprovar o protocolo de colaboração, referente à promoção, organização, dinamização e desenvolvimento da “XVIII Maratona de BTT Canha 2024”, a celebrar e outorgar entre o Município de Montijo, a Junta de Freguesia de Canha, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canha e a AFDD - Associação para a Formação e Desenvolvimento Desportivo, anexo à presente proposta e cujo teor se dá por integralmente reproduzido nesta sede para todos os devidos e legais efeitos. -----



2. A Câmara Municipal do Montijo delibere aprovar ademais a concessão de um apoio financeiro de acordo com a minuta de protocolo de colaboração que se anexa, transferindo a verba financeira para a conta com titulada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canha. -----
3. O apoio financeiro seja concedido através da rubrica orçamental n.º 06/04.07.01.99. -----
4. O apoio financeiro seja liquidado até ao final do mês de novembro do ano de 2024. -----
5. Delibere igualmente conceder os apoios não financeiros enumerados na minuta de Protocolo de Colaboração que se anexa; -----
6. A atribuição do presente apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto. -----
7. Notifique-se a Junta de Freguesia de Canha, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canha e a AFDD - Associação para a Formação e Desenvolvimento Desportivo. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

O Senhor Vereador João Afonso não participou na apreciação e votação da presente proposta, em virtude de se encontrar ausente da sala. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

IV - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

1- PROPOSTA N.º 1340/2024 - ATRIBUIÇÃO DIRETA DE ESPAÇO VAGO (BANCA N.º 01) - MERCADO MUNICIPAL -----

Considerando: -----

- que o Mercado Municipal de Montijo é uma estrutura de indiscutível relevância no Concelho e fator de dinamização da cidade; -----
- que se pretende que o Mercado Municipal de Montijo seja um local apelativo, diversificado, favorecedor de criação de postos de trabalhos e consequentemente um polo dinamizador e potenciador da atividade económica do Concelho, visando a sua sustentabilidade; -----
- as atribuições cometidas aos Municípios no domínio do equipamento rural e urbano, conforme o disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea a) e bem assim artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual conjugada com o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual (Aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração), compete aos municípios a gestão dos mercados; -----



Handwritten signature
Rane

— que o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, entre outras funções a de “assegurar a gestão dos mercados, feiras e Parque de Exposições”, ao abrigo da alínea d), do artigo 32.º, do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município do Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 56, de 19 de março de 2024. -----

— o disposto no n.º 1 do artigo 13.º sob a epígrafe “Espaços Vagos” do Regulamento de Mercados Municipais, que estipula que “Caso algum dos espaços de venda não seja atribuído, a Câmara Municipal pode proceder à atribuição direta do mesmo, a título provisório, por prazo, não renovável, a fixar no ato de atribuição até à realização do novo procedimento de seleção”;

— que a requerente Ana Filipa de Carvalho Malta, com o NIF 219932778, e morada Rua António Tavares Marques, n.º 261- 2.º Esq., 2870-044 Montijo, solicitou a atribuição direta a título provisório, da banca n.º 01 do Mercado Municipal, para o comércio de Frutas e Hortaliças. -----

PROPONHO: -----

— A atribuição direta a título provisório da banca n.º 01, no interior do Mercado Municipal, a favor de Ana Filipa de Carvalho Malta, com o NIF 219932778, e morada Rua António Tavares Marques, n.º 261- 2.º Esq., 2870-044 Montijo, pelo período máximo de um ano, não renovável, ou até à realização de novo procedimento de seleção, para o comércio de Frutas e Hortaliças. -----

— Que a presente deliberação seja publicitada, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 1341/2024 - ATRIBUIÇÃO DIRETA DE ESPAÇO VAGO (BANCA N.º 20) - MERCADO MUNICIPAL -----

Considerando: -----

— que o Mercado Municipal de Montijo é uma estrutura de indiscutível relevância no Concelho e fator de dinamização da cidade; -----

— que se pretende que o Mercado Municipal de Montijo seja um local apelativo, diversificado, favorecedor de criação de postos de trabalhos e consequentemente um polo dinamizador e potenciador da atividade económica do Concelho, visando a sua sustentabilidade; -----

— as atribuições cometidas aos Municípios no domínio do equipamento rural e urbano, conforme o disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea a) e bem assim artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual conjugada com o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de



janeiro, na sua redação atual (Aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração), compete aos municípios a gestão dos mercados; -----

— que o modelo da estrutura orgânica do Município do Montijo, incumbe à Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, entre outras funções a de “assegurar a gestão dos mercados, feiras e Parque de Exposições”, ao abrigo da alínea d), do artigo 32.º, do Regulamento das Unidades Flexíveis do Município do Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 56, de 19 de março de 2024. -----

— o disposto no n.º 1 do artigo 13.º sob a epígrafe “Espaços Vagos” do Regulamento de Mercados Municipais, que estipula que “Caso algum dos espaços de venda não seja atribuído, a Câmara Municipal pode proceder à atribuição direta do mesmo, a título provisório, por prazo, não renovável, a fixar no ato de atribuição até à realização do novo procedimento de seleção”;

— que a requerente Sandra Cristina Messias Gomes, com o NIF 210796430, e morada Rua Cidade de Lisboa, n.º 114- 4.º Dt., 2870-139 Montijo, solicitou a atribuição direta a título provisório, da banca n.º 20 do Mercado Municipal, para o comércio de Frutas e Hortaliças. -----

PROPONHO: -----

— A atribuição direta a título provisório da banca n.º 20, no interior do Mercado Municipal, a favor de Sandra Cristina Messias Gomes, com o NIF 210796430, e morada Rua Cidade de Lisboa, n.º 114- 4.º Dt., 2870-139 Montijo, pelo período máximo de um ano, não renovável, ou até à realização de novo procedimento de seleção, para o comércio de Frutas e Hortaliças. -----

— Que a presente deliberação seja publicitada, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3- PROPOSTA N.º 1342/2024 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL, NOMEAÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO, APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E DA MINUTA DO CONTRATO; LOCAL: CONCELHO DO MONTIJO; OBRA: DEMOLIÇÃO E CONTENÇÃO DE FACHADAS DA ANTIGA FÁBRICA DO IZIDORO; PROCESSO: PROC. F-44/2024 -----

Considerando que: -----

Por deliberação de câmara em reunião de 02 de novembro de 2023, titulada pela Proposta n.º 833/2023, foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção a decisão de contratar e de autorização de despesa do procedimento revestido por Concurso Público para a execução da empreitada Demolição e



Plane

contenção de fachadas da antiga fábrica do Izidoro nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º e do artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, na sua redação atual. -----

Ao nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o júri do procedimento, nomeado em reunião da Câmara Municipal do Montijo de 29/05/2024, titulada pela proposta n.º 1107/2024, no cumprimento do artigo 146.º dos Códigos dos Contratos Públicos, na redação atual, doravante designado por CCP, tendo procedido à análise das propostas e em função do critério de adjudicação fixado nas peças do procedimento, propôs a ordenação daquelas para efeitos de adjudicação, conforme consta no 1.º Relatório Preliminar datado de 28.08.2024 publicado e apenso ao processo de concurso. Dentro do prazo estipulado para o efeito, nos termos do artigo 147.º do CCP, veio o concorrente Fozvias Lda. apresentar pronúncia. -----

O Júri analisou a referida pronúncia e emitiu as seguintes considerações: -----

- Relativamente à pronúncia do concorrente Fozvias Lda., a mesma propôs a exclusão da proposta apresentada pela concorrente Costa Braga - Construções Unipessoal, Lda. -----

Após análise e confirmação dos elementos nas propostas entregues, mais concretamente a listagem de preços unitários, verificou-se o seguinte: -----

- Em referência ao ponto n.º 1 do artigo 361.º - Plano de trabalhos do CCP e ponto n.º 2 do artigo 7.º do Programa de procedimento - Folha de rosto, o júri, após parecer jurídico, determinou a não exclusão da proposta “Pelo que, se, apesar da agregação utilizada pelo concorrente, o plano de trabalhos permite que, durante a execução da obra, o dono da obra possa controlar adequadamente o ritmo e a sequência da execução da empreitada e os meios nela utilizados, o facto de o concorrente não o ter dividido por cada uma das atividades previstas no mapa de quantidades não deve determinar a exclusão da proposta.” -----

- Do mesmo modo, “A exigência de uma folha de rosto é uma regra criada pela entidade adjudicante ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º do CCP. Ora, de acordo com a alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, as regras criadas pela entidade adjudicante para o procedimento apenas podem conduzir à exclusão de uma proposta se o programa do procedimento expressamente o determinar. Como o programa de procedimento não prevê expressamente a exclusão de uma proposta que não cumpra esta regra, a proposta nunca poderá ser excluída com esse fundamento.” -----

O júri concluiu que falece a razão ao concorrente Fozvias Lda. na pronúncia



apresentada, pelo que manteve o teor e conclusões constantes no 1.º Relatório Preliminar. -----

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, o júri, dando cumprimento ao disposto no artigo 148.º do CCP, o júri elaborou o Relatório Final e deliberou por unanimidade, manter o teor e as conclusões do 1.º Relatório Preliminar e propõe a admissão e a consequente adjudicação ao concorrente Costa Braga - Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 455 940,07 € (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta euros e sete cêntimos) a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

Atento o valor do procedimento concursal, a competência para a aprovação da minuta do contrato de Demolição e contenção de fachadas da antiga fábrica do Izidoro é do Executivo Municipal, nos termos do disposto no artigo 98.º, n.º 1 do CCP. -----

Nestes termos, PROPÕE-SE que o Executivo Municipal delibere aprovar: -----

1. O Relatório Final, que se apensa; -----
2. A adjudicação do contrato para a execução da empreitada para Demolição e contenção de fachadas da antiga fábrica do Izidoro, à empresa Costa Braga - Construções unipessoal, Lda. pelo valor de 455 940,07 € (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta euros e sete cêntimos) a acrescer o IVA à taxa legal em vigor; -----
3. A minuta do contrato da presente empreitada a celebrar entre o município do Montijo e a empresa Costa Braga - Construções unipessoal, Lda., em anexo;
4. A designação da Equipa Principal de Fiscalização da obra: Sra. Arq.ª Elisa Balegas, Técnica Superior como diretora da fiscalização e como fiscal a Sra. Eng.ª Joana Cortesão, ambos trabalhadores desta Autarquia, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do CCP a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pela equipa substituta: Sr. Eng.º Ricardo Saragoça, Técnico Superior como diretor da fiscalização e o Sr. Eng.º Bruno Miguel, Técnico Superior como fiscal, ambos trabalhadores desta Autarquia. -----
5. Que a presente deliberação seja publicitada, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e três, interrompeu-se o período **Antes da Ordem do Dia** e deu-se início ao período de **intervenção do público**, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo.

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Rome'.

A senhora munícipe **Cristina Correia**, interveio como cuidadora de animais do concelho da Moita, disse que cuida de uma colónia de animais em Sarilhos Grandes e colabora com outras colegas, expondo a dificuldade que têm enfrentado ao tentar obter apoio do canil do Montijo. Disse que apesar de já ter registado a colónia há mais de um ano e meio, não recebeu ajuda para esterilizar os animais, referindo que existem animais doentes, animais para castrar, para esterilizar. Disse ainda que, as respostas que recebem do canil indicam que existem muitas colónias à frente e estão a esterilizar, mas as suas não estão a ser atendidas, acrescentando que, estão a esterilizar poucos animais, porque as cuidadoras têm animais com urgência para esterilizar, se não, não se consegue travar a situação dos animais abandonados nas ruas. Referiu ainda que, foram feitos os tratamentos e as castrações por conta própria, pois não conseguem travar o aumento das colónias nas ruas, que cresce de dia para dia. Disse ainda que, no correr da semana foram apanhados dois animais da rua com problemas, pois precisam de ser operados e a resposta dada pelo canil do Montijo, foi que não tinham como os receber. Solicitou ajuda ao canil, mas sem sucesso, e agora não sabem como resolver o problema sem apoio externo. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, **Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção da senhora munícipe e referiu que, esta semana, teve a oportunidade de reunir com os funcionários do canil para organizar a gestão da equipa e também para tratar de uma candidatura. Informou que o veterinário do canil está a realizar as esterilizações dos animais e, em casos de maior volume, pede ajuda a colegas de Alcochete e da Moita e os três fazem as esterilizações, mas que irá verificar se existe algum problema, solicitando à munícipe que forneça o seu contacto para posteriormente a Câmara Municipal a informar sobre esta situação. Disse ainda que, a Câmara Municipal já adquiriu as armadilhas para capturar mais animais, mas irá ainda comprar mais armadilhas, para dar seguimento ao processo de esterilização. -----

A senhora munícipe **Crisálida**, interveio para dizer que está inscrita como tratadora no canil do Montijo há um ano e meio, mas nunca foi informada de que podia deixar os seus dados para ser contactada. Disse ser cuidadora de uma colónia na Rua Fernando Pessoa, em Sarilhos Grandes, gastando a sua reforma com comida e medicação para os animais. Agradece à Senhora Presidente da Câmara Municipal por ter informado que poderia inscrever-se para receber apoio, uma vez que até então não sabia dessa possibilidade. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, **Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção da senhora munícipe e esclareceu que a Câmara Municipal não pode



fazer protocolos com uma pessoa individual, apenas com associações ou colónias de animais. Nesse caso, a distribuição de recursos, como alimentação, deve ser feita pela associação, que a divide entre os seus membros. Reconheceu que, devido a ordenados baixos e reformas pequenas, as cuidadoras enfrentam dificuldades financeiras, especialmente com os custos de alimentação dos animais, e que será encontrado um caminho para apoiar estas situações. -----

A senhora munícipe **Susana Costa**, interveio para dizer que as coisas no canil do Montijo não estão a funcionar com os técnicos, acrescentando que está inscrita há quatro anos no canil, sem receber a ajuda necessária. Relata que, as pessoas têm animais para esterilizar, e a resposta é sempre negativa, alegando falta de pessoal e recursos. Destaca que existem casos urgentes, como esterilizações abortivas de gatas, que não são prioritárias para o canil. Além disso, menciona problemas com o atendimento telefónico no fim de semana e a ausência de piquetes, o que dificulta a resolução de situações, dando o exemplo, de ter encontrado um beagle completamente desnortado na estrada. Disse ainda que, devido à falta de apoio, tem pago do próprio bolso para esterilizar animais e tratar de outros casos de saúde, como testes veterinários, porque quem vai adotar não quer animais doentes, o que agrava a situação. ---

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, **Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção da senhora munícipe e referiu que, durante os fins de semana, os técnicos do canil não estão disponíveis, sendo os funcionários que tratam dos animais. Disse ainda que, que irá perceber o que se passa, relativamente, aos problemas de atendimento de chamadas, mas informa que a Câmara Municipal está a tentar melhorar a situação, com a admissão de mais pessoal. Informou ainda que, a Câmara Municipal vai lançar uma campanha de adoção de animais na revista municipal do presente mês. Reconheceu a dificuldade em conciliar a afetividade dos tratadores com as regras do canil e reforçou a necessidade de encontrar um caminho conjunto para o bem-estar dos animais. Referindo que, o objetivo é melhorar progressivamente os cuidados, limando arestas de ambos os lados e trabalhando para o bem-estar dos animais e de quem os cuida. -----

O senhor munícipe **Carlos Aleixo**, interveio para dizer que esteve na reunião de câmara do dia dois de outubro para falar do crime ambiental, que é a construção de uma casa num terreno Rural Ecológico e Agrícola, que dura há oito anos. Entretanto, tentou marcar reuniões com a Senhora Presidente da Câmara, para saber a resolução deste problema, mas foi ignorado pela Senhora Presidente da Câmara, tendo sido informado pelo gabinete de apoio da Senhora Presidente que não havia agenda para o atender. Por fim, solicitou o ponto de situação sobre este problema. -----



A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção do senhor munícipe e disse que foi solicitado ao serviço de fiscalização que fosse ao local verificar o ponto de situação, estando a aguardar a resposta por parte do serviço de fiscalização, acrescentando que, assim tiver alguma informação que a mesma será transmitida ao senhor munícipe. -----

O senhor munícipe **Constantino Menino**, interveio como representante de um grupo de cuidadores de animais abandonados, e levantou várias questões sobre a gestão dos animais na cidade. Destaca que o problema não se resume à esterilização ou alimentação, mas também à falta de um projeto de integração urbana para os animais. Relata casos de conflitos com moradores devido à presença de animais nas ruas, resultando em ameaças e agressões aos cuidadores. Critica a ausência de um plano por parte da Câmara Municipal que permita integrar os animais no urbanismo da cidade, como a criação de pontos específicos para os animais e a disponibilização de espaços adequados. Aponta que, embora a esterilização e alimentação sejam importantes, é essencial um projeto mais abrangente para a gestão sustentável das colónias de animais na cidade. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção do senhor munícipe e disse que, vai existir um projeto, sendo que teve a oportunidade de informar, as senhoras cuidadoras de animais. Que a Câmara Municipal irá fazer a aquisição das casinhas de madeira, tendo como exemplo as casinhas do município de Almada, que serão colocadas em locais estratégicos, previsivelmente no início do próximo ano, depois de consultar com as cuidadoras. Referiu que recebe queixas de pessoas insatisfeitas tanto com a falta de cuidados aos animais quanto com a presença de pessoas a alimentar os animais nas ruas, que gera conflitos com os moradores, no entanto, destacou a necessidade de se encontrar um equilíbrio e uma solução para que as pessoas e os animais possam coexistir sem causar atritos. -----

O senhor munícipe **João Costa**, interveio para relatar um problema recorrente no Beco dos Fortes, onde um casal constantemente deposita lixo e objetos velhos na via pública, ocupando a rua e dificultando a circulação. Disse que isso tem afetado não apenas o munícipe e a sua mulher, mas também os inquilinos da casa que ali residem, que já se queixaram da situação. Disse ainda que, o casal foi abordado várias vezes, mas os problemas continuam, apesar de queixas formais feitas à câmara e ao gabinete de fiscalização, que começaram há um ano, que já foram tomadas algumas diligências nesse sentido, mas acontece que, passado um ano as coisas continuam iguais. Referiu ainda que, a sua esposa enviou alguns emails para a Senhora Presidente, tendo os mesmos sido



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 33

remetidos para o gabinete de fiscalização e as últimas informações que tem é que o email foi remetido para o gabinete de contraordenações e que os serviços não podem fazer mais nada. Disse ainda que, de algumas das queixas que foram remetidas para o gabinete de higiene urbana, foi dada a informação que estava tudo nas mãos do senhor Engenheiro Nuno Garrete, para retirar os monos do local. Referiu ainda que, se gerou frustração nos moradores, pois apesar da utilização de todos os mecanismos formais e competentes para a resolução do problema, o facto é que passado todo este tempo tudo continua igual. Solicitou à Senhora Presidente que tome as medidas necessárias para resolver a situação, que também afeta outros moradores da zona. -----

A Senhora **Presidente da Câmara Municipal, Maria Clara Silva**, agradeceu a intervenção do senhor munícipe e disse que o facto de a situação ter sido encaminhada para os serviços de fiscalização municipal e contraordenação, implica que os responsáveis serão multados, embora isso não resolva o problema. Referiu que, aquilo que a câmara vai fazer é mandar limpar o local e verificar se, após a multa, as pessoas responsáveis terão mais cuidado. Informou ainda que, o responsável pela higiene urbana é quem coordena o serviço, mas o engenheiro Nuno Garrete é o chefe da divisão, caso algo não funcione, ele é frequentemente responsabilizado. Por fim, disse que irá averiguar a situação e posteriormente responderá ao email dos munícipes. ----

Não tendo existido mais intervenções do público presente, deu-se por terminado o período de **intervenção do público** e retomou-se o período **Antes da Ordem do Dia**. -----

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de outubro de 2021, titulada pela Proposta n.º 01/2021, tendo para o efeito sido assinadas pela Senhora Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, a Senhora **Presidente da Câmara Municipal** declarou encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, *Patrícia Alexandra da Silva Rome*, Assistente Técnica da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal,** -----

----- *Maria Clara Silva* -----
----- **Maria Clara Silva** -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor.